

Configurações Operativas de Desenvolvimento Regional Sustentável: Uma Análise às Primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial em Portugal

Ricardo Daniel da Cunha Dias

Orientador: Prof. Doutor Paulo Castro Seixas

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Sociologia

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Agradecimentos

Esta dissertação foi feita de avanços e recuos, de questionamentos e de incertezas, de momentos de entusiasmo e de dificuldade, enfim, de auto-superação e de aprendizagem. Não podendo lembrar todos quantos, direta e indiretamente, contribuíram para sua realização, deixo aqui os meus principais agradecimentos:

Ao Prof. Paulo Castro Seixas, orientador e amigo, a quem agradeço os muitos momentos de ensino, de paciência e de reflexão que foram fundamentais para que eu pudesse avançar nas minhas muitas incertezas.

Aos meus pais, que me apoiaram nos momentos de maior dificuldade, dando-me forças para que pudesse continuar. À minha irmã, que por fazer de mim um exemplo, me obriga a sê-lo.

À Natália, minha companheira de todos os dias, sem o esforço dela, não teria conseguido.

Ao João e ao Jorge, por serem os amigos de sempre.

Resumo: O desenvolvimento sustentável implica uma abordagem equilibrada entre as dimensões ambiental, económica e social. Contudo, a mobilização de tal equilíbrio pelas práticas políticas foi sempre um exercício frágil e complexo, constrangido nos processos políticos, por prioridades e agendas conflitantes. Na UE, e em Portugal enquanto Estado-Membro, tal influência entre processos e práticas políticas é particularmente pertinente face a um quadro de experimentação da governança multinível como novo paradigma e do território enquanto fator de racionalidade das políticas públicas. Nesse sentido, esta dissertação analisa as configurações operativas de desenvolvimento sustentável que decorreram das primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDTs) elaboradas em Portugal para o Ciclo de Programação Comunitária 2014-2020. Sustentando-se metodologicamente na análise de conteúdo às 23 EIDTs, concluiu-se que o desenvolvimento sustentável foi mobilizado em função de três modelos: 1.) um que evidencia a lógica da coesão territorial (projeção *bottom up* dos recursos naturais endógenos); 2.) um que evidencia uma lógica de modernização ecológica (asserção *top down* da Estratégia Europa 2020 em função de maximização de financiamento); e 3.) um híbrido entre os dois primeiros. Segundo estes modelos, procurou-se contribuir para as políticas públicas com o mapeamento das 23 regiões, evidenciando discutir cenários de evolução da sustentabilidade e estratégias políticas daí decorrentes.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável; Ambiente; Modernização Ecológica; Coesão Territorial; EIDTs; Política de Coesão.

Abstract: Sustainable development implies a balanced approach between the environmental, economic and social dimensions. However, the mobilization of such balance by political practices has always been a fragile and complex exercise, constrained at the political processes, by conflicting priorities and agendas. In the EU and Portugal as a Member State, such influence between political processes and practices is particularly pertinent in a framework of multilevel governance experimentation as a new paradigm and territory as a factor of rationality of public policies. In this sense, this dissertation analyzes the operational configurations of sustainable development which resulted from the first Integrated Territorial Development Strategies (ITDS) in Portugal for the 2014-2020 Community Cycle. Sustaining methodologically in the content analysis at 23 ITDS, it was concluded that sustainable development was mobilized according to three models: 1.) one that demonstrates the logic of territorial cohesion (bottom up projection of endogenous natural resources); 2.) one that demonstrates a logic of ecological modernization (top-down assertion of the Europe 2020 strategy in terms of maximizing funding); and 3.) a hybrid between the first two. According to these models, it was sought to contribute to the public policies with the mapping of the 23 regions, evidencing to discuss scenarios of evolution of the sustainability and the resulting political strategies.

Keywords: Sustainable Development; Environment; Ecological Modernization; Territorial Cohesion; ITDS; Cohesion Policy.

Índice

Índice de Quadros, de Figuras e de Tabelas	5
1. Introdução.....	6
2. Desenvolvimento e Sustentabilidade: Noções, Perspetivas e Debates	9
2.1 A Emergência da “Questão Ambiental” na Noção de Desenvolvimento	9
2.2 Desenvolvimento Sustentável: Indefinições e Interpretações	11
2.3 Modernização Ecológica: Um Quadro Normativo na UE?	16
3. Desenvolvimento, Coesão e Território na UE.....	21
3.1 Modelos de Desenvolvimento Territorial na UE e em Portugal	21
3.2 Coesão Territorial: Um Novo Paradigma de Desenvolvimento Europeu	24
3.2.1 O Ambiente como Fator de Desenvolvimento Territorial	26
4. Metodologia.....	29
4.1 Sobre o <i>Corpus de Análise</i>	29
4.2 Técnica de Análise de Dados	30
4.3 Sobre o Modelo de Análise	32
5. Apresentação dos Dados.....	34
5.1 Perfis Regionais de Mobilização do Desenvolvimento Sustentável	36
6. Discussão dos Resultados.....	65
7. Considerações Finais.....	73
8. Bibliografia	76

Índice de Quadros, de Figuras e de Esquemas

Quadro 1. Premissas Paradigmáticas do HEP e do NEP	11
Quadro 2. Principais Diferenças entre Sustentabilidade “Fraca” e “Forte”	13
Quadro 3. Modernização Ecológica “Fraca” e “Forte”	17
Quadro 4. Princípios Diretores do EDEC	28
Quadro 5. Lista de Indicadores Utilizados por Categoria	35
Figura 1. Contextualização das EIDTs nos Processos/Estrutura Cruzados	33
Figura 2. Esquema de Mobilização do Desenvolvimento Sustentável no Território.....	34
Figura 3. Mapeamento dos Modelos de Desenvolvimento Sustentável Adotados por Região	71
Esquema 1. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alto Minho.....	36
Esquema 2. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Cávado	37
Esquema 3. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da AMP	38
Esquema 4. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alto Tâmega	39
Esquema 5. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Ave.....	40
Esquema 6. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT de Terras de Trás-os-Montes.....	42
Esquema 7. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Tâmega e Sousa.....	43
Esquema 8. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Região do Douro	45
Esquema 9. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Região de Aveiro.....	46
Esquema 10. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Região de Coimbra.....	48
Esquema 11. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Região de Leiria	49
Esquema 12. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Oeste	50
Esquema 13. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT de Viseu Dão e Lafões.....	51
Esquema 14. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT das Beiras e Serra da Estrela	52
Esquema 15. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Beira Baixa	53
Esquema 16. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Médio Alentejo.....	54
Esquema 17. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da AML.....	56
Esquema 18. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alentejo Litoral	57
Esquema 19. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Lezíria do Alentejo	58
Esquema 20. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alto Alentejo.....	59
Esquema 21. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alentejo Central.....	60
Esquema 22. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Baixo Alentejo	62
Esquema 23. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Algarve.....	63

1. Introdução

Esta dissertação pretende analisar as possibilidades operacionais de mobilização do desenvolvimento sustentável que decorreram da política regional para o Ciclo de Programação Comunitário 2014-2020. A pesquisa centra-se nas configurações concretas que resultaram das primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDTs) elaboradas em Portugal, fazendo uma análise à mobilização do desenvolvimento sustentável em tais práticas políticas (*policy/policies*).

Atualmente, o ambiente deixou de poder ser considerado apenas como um problema entre muitos e qualquer visão político-económica de desenvolvimento passou a ter que lidar com os desafios que os problemas ambientais representam. O desenvolvimento sustentável configura aqui o principal referencial para tais visões. Ainda que tenha implícito a necessidade de uma abordagem equilibrada entre uma dimensão ambiental, económica e social, a mobilização de tal equilíbrio pelas práticas políticas revelou-se sempre um exercício frágil e complexo, constrangido nos processos políticos (*politics*), por prioridades e agendas conflitantes.

No caso específico da União Europeia (UE), e Portugal enquanto Estado-Membro, tal influência entre processos e práticas políticas é particularmente evidente face a um quadro de experimentação da governança multinível como novo paradigma e do território como fator de racionalidade na conceção e implementação das políticas públicas. Nesse sentido, propõe-se que no Ciclo de Programação Comunitária 2014-2020, a mobilização do desenvolvimento sustentável foi definida em função de processos/práticas políticas cruzadas entre um quadro político-normativo, a Estratégia Europa 2020, e um quadro político-estratégico territorial, as EIDTs, e que tal mobilização reflete um processo de negociação entre as prioridades e interesses dos vários atores dos diversos níveis territoriais. Entendemos, por isso, que é pertinente analisar as configurações concretas que resultaram desses mesmos processos/práticas.

A relevância desta análise prende-se com o facto de as EIDTs, enquanto novo instrumento de políticas públicas, espelharem processos e práticas políticas em *experimentação-ajustamento-aprendizagem*, essenciais para a construção de uma visão partilhada de desenvolvimento entre o nível regional e o europeu, da qual, em última instância, depende o

sucesso do Projeto Europeu. Ao nível nacional, destaca-se a coordenação das EIDTs pelas entidades intermunicipais (EIs), as áreas metropolitanas (AMs) e as comunidades intermunicipais (CIMs), num quadro em que estas viram o seu estatuto de (sub)regiões administrativas consolidado (Lei 75/2013), e em que foram reconhecidas pelo Portugal 2020 como a escala privilegiada para os processos de governança multinível na aplicação do financiamento da Política de Coesão da UE.

Inscrevendo-se no campo disciplinar da Sociologia do Ambiente, do Planeamento Urbano e do Território e das Políticas de Desenvolvimento Territorial, a pesquisa pretende contribuir para o debate científico sobre planeamento e desenvolvimento regional sustentável com a apresentação de configurações/ideais tipo/padrões e, porventura, de um modelo/s de mobilização do desenvolvimento sustentável no território. A questão dos processos/práticas políticas cruzadas em relação às conceptualizações teóricas do desenvolvimento sustentável será também um claro contributo com possíveis aplicações práticas para a programação comunitária pós-2020.

Posto isto, delimita-se a mobilização do desenvolvimento sustentável pelas 23 EIDTs como nosso objeto de estudo e colocam-se as seguintes questões de pesquisa:

- 1) Como foi integrado o desenvolvimento sustentável nos processos/práticas políticas das EIDTs?
- 2) Qual/quais o/os modelo/s regionais de desenvolvimento sustentável que resulta/resultam das evidências/práticas políticas?
- 3) Que inferências se podem retirar de tal/tais modelo/s para a governança da sustentabilidade?

O objetivo principal é o de analisar as formas pelas quais o desenvolvimento sustentável foi mobilizado nas EIDTs numa abordagem integrada do território. Especificamente, pretendeu-se:

1. Identificar as configurações/tipos ideais/padrões que resultaram de tal mobilização;
2. Apresentar e comparar perfis em função das configurações resultantes das EIDTs por sub-região;

3. Determinar qual/quais o/s modelo/s de política de desenvolvimento territorial/regional sustentável preconizado em Portugal para o Ciclo de Programação Comunitário 2014-2020.

A dissertação organizou-se em duas partes, uma primeira dedicada à apresentação dos contributos teóricos e da metodologia de investigação, e uma outra dedicada à apresentação dos dados e à discussão dos resultados. Nos contributos teóricos, procuramos sistematizar a literatura relevante sobre desenvolvimento sustentável, modernização ecológica e coesão territorial, que configuraram os principais quadros conceptuais de enquadramento aos objetivos de pesquisa. Em termos metodológicos, sustentamo-nos na análise de conteúdo, técnica que, dadas as características do *corpus* nos pareceu a mais adequada, tendo em conta a sua tradição na análise descritiva e inferencial de conteúdos comunicacionais de tipo político. Em relação aos dados, recorremos a esquemas para a apresentação de 23 perfis regionais de mobilização do desenvolvimento sustentável, partindo destes para a inferência e discussão de possíveis modelos de desenvolvimento e suas subseqüentes implicações para a governança da sustentabilidade. Por último, apresentaram-se algumas notas finais, sintetizando a investigação, seus contributos e limitações, bem como novos caminhos de pesquisa.

2. Desenvolvimento e Sustentabilidade: Noções, Perspetivas e Debates

Ao inserir-se no campo disciplinar da Sociologia do Ambiente, do Planeamento Urbano e do Território e das Políticas de Desenvolvimento Territorial, o objeto empírico desta dissertação constitui, enquanto objeto científico, um desafio, pelas várias reflexões e leituras teóricas que possibilita. Tendo isto presente, nas secções que se seguem procurou-se percorrer os contributos mais relevantes de cada uma destes campos disciplinares de modo a melhor enquadrar tal objeto com os objetivos colocados para a presente pesquisa.

2.1 A Emergência da “Questão Ambiental” na Noção de Desenvolvimento

Durante o século XIX, e grande parte do século XX, persistiu a crença de que o crescimento económico, a ciência e a inovação tecnológica possibilitariam um desenvolvimento contínuo das sociedades ocidentais. Tal ‘profecia de futuro’ (Bury, 1955 [1923]), que tem raízes na ideia iluminista de progresso, está na base da estrutura de pensamento e de valores que denominamos por modernidade. A ‘modernidade’ pode ser entendida como a conceção do mundo, metáfora ou mundivisão, que emergiu na Europa Ocidental do século XVII e que posteriormente se tornou global na sua influência (Giddens, 1991). Consolidada pelos processos de modernização (urbanização e industrialização), tal mundivisão foi reforçando uma dicotomia de oposição entre o moderno e o tradicional que, assente numa perspetiva evolucionista da mudança social (Nisbet, 1986), conduziu à progressiva subjugação dos aspetos considerados atávicos ao progresso civilizacional (Giddens, 1991). Sustentado numa racionalidade essencialmente económica e instrumental, o discurso do desenvolvimento que se tornou dominante na sociedade industrial moderna foi reforçando a ideia de que esta seria cada vez mais independente do seu ambiente biofísico, assumido apenas como uma fonte ilimitada de recursos ao dispor das suas necessidades. Dunlap e Catton (1978a; 1978b; 1979; 1980) caracterizaram esta mundivisão como ‘Paradigma do Excepcionalismo Humano’ (HEP, sigla em inglês), uma perspetiva profundamente antropocêntrica, tecnologicamente otimista e antiecológica (ver Quadro 1.).

A emergência dos problemas ambientais é geralmente associada à ‘fenda metabólica’ (Foster & Clark, 2012) criada pelo capitalismo industrial (extração, transformação, consumo

e desperdício dos recursos naturais). Ainda que os processos de modernização subsequentes à Revolução Industrial sejam aqui vistos como o ponto de partida da degradação ambiental, o paradigma de ‘Grande Aceleração’¹ (Hibbard *et al.*, 2007) do crescimento socioeconómico que se seguiu à 2ª Guerra Mundial tem sido entendido como o seu principal catalisador (Steffen *et al.*, 2011). Resultado do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, tal paradigma foi rapidamente difundido nas pretensões das nações menos desenvolvidas, multiplicando o ritmo, a extensão e a ameaça dos problemas ambientais. Isto culminou, em finais dos anos 60, com o surgimento do ambientalismo moderno, despoletando um triplo processo de consciencialização, mediatização e politização da “questão ambiental” ao nível mundial.

Neste processo, destaca-se o contributo de uma série de publicações de crítica ambiental às soluções tecnológicas, tais como *Silent Spring* (Carson, 1962), *The Population Bomb* (Ehrlich, 1970), *The Tragedy of Commons* (Hardin, 1968), *The Limits to Growth* (Meadows *et al.*, 1972) e *A Blueprint for Survival* (Goldsmith & Allen, 1972). Adotando uma visão catastrofista em relação ao futuro, estas obras retrataram a problemática ambiental a partir de um ‘discurso de sobrevivência’ (Drysek, 1997), propondo em conformidade, soluções radicais como o crescimento zero e a desmodernização e desindustrialização. Ainda que tais soluções fossem inviáveis para os arranjos políticos da sociedade industrial moderna, contribuíram para que o discurso dominante de desenvolvimento fosse posto em causa e conduziram à necessidade de que se procurassem novos modelos que fossem capazes de integrar as preocupações ambientais.

Ao evidenciar os problemas dos modelos de crescimento económico e o carácter complexo e multidimensional do desenvolvimento, este triplo processo pode ser entendido no quadro que Dunlap e Catton (1978a; 1978b; 1979; 1980) designaram por ‘Novo Paradigma Ecológico’ (NEP, sigla em inglês), a demarcação de uma visão antropocêntrica e o reconhecimento das relações de interdependência entre os sistemas socioecológicos (ver Quadro 1.). Estes processos culminaram com a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1972, marcando o arranque da política ambiental (no sentido contemporâneo do termo), e com a publicação,

¹ Refere-se ao aumento expressivo da população mundial e de uma bateria de tendências relacionadas como o crescimento da economia, da urbanização, da automobilização, do consumo, da conectividade humana, da tecnologia, entre muitas outras.

em 1987, do Relatório Brundtland² que generalizou o conceito de desenvolvimento sustentável.

Quadro 1. Premissas Paradigmáticas do HEP e do NEP³

Paradigma do Excepcionalismo Humano (HEP) (correspondências com uma modernidade simples)	Novo Paradigma Ecológico (NEP) (correspondências com uma modernidade reflexiva)
1. Os homens têm uma herança cultural acumulada à (e distinta da) herança genética e, portanto, são muito diferentes das outras espécies animais;	1. Embora possuam características excepcionais (cultura, tecnologia, etc.), os homens encontram-se no meio de muitas outras espécies do planeta, todas elas envolvidas no ecossistema global de forma interdependente;
2. Os fatores sociais e culturais (incluindo a tecnologia) são os grandes determinantes das ações humanas;	2. As ações humanas são influenciadas pelos fatores sociais e culturais e também por intrincadas relações de causa-efeito e de <i>feedback</i> na natureza. Por isso, as ações humanas voluntárias têm muitas consequências impremeditadas.
3. Os ambientes sociais e culturais são, por excelência, o contexto das ações humanas, sendo o ambiente biofísico muito pouco relevante;	3. Os homens vivem e são dependentes de um ambiente biofísico limitado, que provoca fortes constrangimentos físicos e biológicos nas ações humanas;
4. A cultura é cumulativa; portanto, o progresso tecnológico e social não tem limites, encontrando-se sempre uma solução para os problemas sociais.	4. Apesar de, aparentemente, a criatividade humana e as suas potencialidades extrapolarem os limites da capacidade de carga do planeta, as leis ecológicas devem ser contempladas.

Fonte: Catton e Dunlap (1980 apud Schmidt, 1999, pp. 180-181).

2.2 Desenvolvimento Sustentável: Indefinições e Interpretações

Embora o termo tenha antecedentes⁴, o desenvolvimento sustentável foi popularizado pelo Relatório Brundtland como "the development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs" (WCED, 1987, p. 56). Ao colocar a ênfase na relação futura entre 'necessidades' e 'limites', esta definição apresentava um dilema fundamental: se, por um lado, reconhecia a necessidade de as sociedades viverem com limites ecológicos, por outro, tendo em conta os níveis

² Publicado como o *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, ficou conhecido como Relatório Brundtland em referência à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que à altura chefiava a equipa de trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também designada Comissão Brundtland.

³ Estes paradigmas, originalmente utilizados para demarcar uma visão antropocêntrica dominante nas Ciências Sociais (HEP), de uma proposta de superação dessa visão e da integração do ambiente como objeto de estudo desse mesmo campo de conhecimento (NEP), entendem-se aqui num sentido atualizado, como modelos de racionalidade opostos na relação entre sociedade e ambiente.

⁴ A noção de desenvolvimento sustentável surgiu a partir do conceito de ecodesenvolvimento, proposto durante a realização da CNUMAD, ou Conferência de Estocolmo. O termo seria depois apresentado pela primeira vez, em 1980, no trabalho intitulado *Estratégias de Conservação Mundial*, resultado de uma parceria entre a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), e o Fundo Mundial para a Natureza (FMN), a pedido do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

diferenciados de desenvolvimento entre países e regiões, tinha implícito que tais limites não deveriam colocar em causa as possibilidades de crescimento económico. Ou seja, reconhecia que existiam questões de justiça social, equidade intra e intergeracional e de qualidade de vida que teriam necessariamente que ser consideradas a par das questões ambientais. Não sendo explícito sobre qual o sistema de prioridades, o documento pressupunha apenas a possibilidade de uma relação positiva entre economia e ambiente que, ao se diferenciar das abordagens pessimistas dos trabalhos antecessores, contribuiu para que o conceito fosse amplamente aceite.

Desde os primeiros debates académicos que se tornou evidente que, não se conhecendo as necessidades das gerações futuras, nem a forma como as inovações tecnológicas afetariam a utilização dos recursos, os objetivos do desenvolvimento sustentável eram ambivalentes e pouco precisos (Redclift, 1993; Wilbanks, 1995; Giddens, 1998). Nas ciências sociais, esta imprecisão foi utilizada para explicar o conceito como sendo, ao mesmo tempo, produto da modernidade, e uma tentativa de resposta aos seus vários problemas. Na sociologia, em particular, esta questão tem sido explorada como evidência do confronto entre uma ‘modernidade simples’ e uma ‘modernidade reflexiva’, ou, por outras palavras, de uma ‘modernidade a duas velocidades’ (Beck, Giddens & Lash, 1997; Beck, 2015 [2007]; Beck, 2017). Tal ambiguidade significa aqui que o desenvolvimento sustentável não escapa à construção histórica e sociológica da noção ocidental de desenvolvimento, possibilitando interpretações de continuidade com uma mundivisão HEP (Quadro 1.), explicando, em grande medida, a sua aceitação generalizada. Estas são algumas das razões pelas quais vários autores defendem que o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um discurso e um programa político e não como um conceito operacional (Redclift, 1993; O’Connor, 1994; Wilbanks, 1995; Drysek, 1997; Giddens, 1998).

Nos modelos de desenvolvimento economicistas, uma abordagem comum é pensar o desenvolvimento sustentável em termos de um ‘stock de capital’ (Pearce & Turner, 1990; Ekins, 1992; Pearce, 1993), material (K_m = infraestruturas, tecnologia, etc.), humano (K_h = conhecimento, competências, etc.) e natural (K_n = biodiversidade, recursos naturais, etc.) que é necessário manter ao longo do tempo. Esta perspetiva aparece na literatura polarizada, por um lado, em defensores de um ‘stock total de capital’, que entendem que pode existir “substituibilidade” entre os vários capitais ($stock\ total = K_m + K_h + K_n$), e por

outro, em defensores de um ‘stock constante de capital’, considerando que, abaixo de certos limites críticos de *stock*, determinadas componentes do capital natural não são substituíveis (ex.: oxigenação, habitat, regulação dos ciclos da água, etc.). Ou seja, que existe um capital natural crítico (Knc) que contribui de tal forma única para o nosso bem-estar que não pode ser replicado por outros componentes de capital, impedindo assim a sua substituição ilimitada. Estas duas abordagens têm sido diferenciadas como sustentabilidade “fraca” e “forte” (Pearce, 1993, p. 17), estando em causa a primazia dada à sustentabilidade ambiental (ver Quadro 2.).

Quadro 2. Principais Diferenças entre Sustentabilidade “Fraca” e “Forte”

	Sustentabilidade Forte	Sustentabilidade Fraca
Ideias-Chave	A substituíbilidade do capital natural por outros tipos de capital é extremamente limitada;	O capital natural e os outros tipos de capitais são perfeitamente substituíveis;
Consequências	As ações humanas podem acarretar consequências irreversíveis;	Inovação tecnológica e compensação monetária para a degradação ambiental;
Problemas de Insustentabilidade	Conservar os <i>stocks</i> insubstituíveis de capital natural crítico em prol da geração futura;	O valor total do <i>stock</i> agregado de capitais deve ser pelo menos mantido ou idealmente aumentado para geração futura;
Conceito-Chave	Capital natural crítico;	Alocação ótima dos recursos escassos;
Definição dos Limites e Normas Ambientais	O conhecimento científico como base para a deliberação pública (racionalidade processual);	Abordagem técnico-científica para a determinação de limiares e normas (racionalidade instrumental);

Fonte: Mancebo (2013 apud Pelenc, Ballet & Dedeurwaerdere, 2015, p. 3).

De facto, a perda de capital natural crítico configura o maior perigo que as gerações atuais podem legar às gerações futuras. Estima-se que foram já ultrapassados quatro⁵ de nove ‘limites planetários’ (Rockström *et al.*, 2009), fronteiras ecológicas estimadas como o espaço operacional seguro à vivência humana no planeta. Estes limiares asseguram as condições biogeoquímicas e climáticas para que o planeta se mantenha dentro do Holoceno, época atual da Escala do Tempo Geológico da Terra que terá tido início há acerca de 12 mil anos e que dura desde o final da última glaciação. O Holoceno caracteriza-se por condições excecionais de estabilidade da temperatura e do clima que permitiram que “a agricultura, aldeias e assentamentos maiores e civilizações mais complexas se desenvolvessem e prosperassem” (Steffen *et al.*, 2011, p. 9). Contudo, o reconhecimento do crescente impacto da atividade humana no planeta levou mesmo a que alguns cientistas propusessem o uso do

⁵ Mudanças climáticas; perda de biodiversidade; mudança do sistema terrestre; e alteração de ciclos biogeoquímicos (fósforo e nitrogénio).

termo ‘Antropoceno’ (Crutzen & Stoermer, 2000) para caracterizar a entrada numa nova época geológica na qual os humanos são a força ecológica definidora.

Dado que a sustentabilidade “forte” exige um *stock* constante de capital ao longo do tempo, o equilíbrio entre capitais passa por ter em conta até que ponto os benefícios económicos e sociais podem ser conseguidos sem que isso se traduza em perda de capital natural crítico e, ao mesmo tempo, até que ponto a manutenção deste capital deve ser feita em função de perdas de benefícios económicos e sociais. A dificuldade de se definir objetivamente os limites entre as sinergias e *trade-offs*⁶ necessários/possíveis entre os diferentes capitais, tem levado vários autores a alertar para a importância de se considerar as perceções sociais na sua definição (Pelenc, Ballet & Dedeurwaerdere, 2015). Tal remete para uma conceção qualitativa de desenvolvimento, ou seja, para o reconhecimento de que não existe um único, nem melhor, modelo de desenvolvimento.

Esta perspetiva enquadra uma visão crítica à noção ocidental de desenvolvimento (linear e cumulativo) que se tem afirmado face ao quadro de grande incerteza que as sociedades contemporâneas enfrentam. Noções como ‘risco’ e ‘reflexividade’ obrigam aqui a colocar interrogações e a equacionar novas soluções políticas que integrem uma participação alargada e o conhecimento científico (Beck, Giddens & Lash, 1997). Estas questões têm expressão direta no aumento da consciência da tomada de decisão sobre a importância de envolver os decisores políticos com a academia, os cientistas, os setores económicos, ONGs e população em geral nos processos de formulação e implementação das políticas públicas.

Na verdade, a evolução política e conceptual do desenvolvimento sustentável tem acompanhado (e impulsionado) um processo de transformação político-institucional mais amplo e que se tornou evidente a partir de inícios da década de 90 do século passado. Estas mudanças surgiram como resposta à intensificação da globalização e seus desafios que se fizeram particularmente sentir ao nível dos Estados-Nação e da capacidade de resposta das suas instituições (Beck, 1992 [1986]). Como resultado, assistiu-se à progressiva transferência de poder político para níveis transnacionais e subnacionais, favorecendo novas formas de cooperação que têm transformando e reestruturando os processos e as práticas políticas

⁶ Sinergia define-se como um efeito ativo e retroativo que resulta de um esforço coordenado e simultâneo entre vários subsistemas/dimensões a cooperar para a realização de uma tarefa ou objetivo. Os *Trade-offs*, por sua vez, definem uma ação que visa à resolução de um problema, implicando, no entanto, um outro, colocando um dilema entre a escolha e os custos (custo de oportunidade).

(Drysek, 1997). Tais mudanças não passam despercebidas ao nível dos temas discutidos nos vários encontros das Nações Unidas e nas agendas resultantes, refletindo-se na centralidade de que a governança da sustentabilidade se foi revestindo na abordagem global-local de desenvolvimento adotada. Destaca-se aqui:

- a Agenda 21, documento final da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD; Eco 92; Cimeira da Terra) que teve como objetivo tornar-se um programa de ação que pudesse ser traduzido em políticas públicas (Agenda 21 Local), apresentando o desenvolvimento sustentável como um conceito progressivo que deveria ser definido em parcerias e mobilizado pelos diferentes níveis espaciais (transnacional, nacional, regional e local) em função das oportunidades e desafios que lhes fossem sendo impostos pelas mudanças em curso;
- os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a primeira política pública global de desenvolvimento adotada para o período 2000-2015 e que introduziu uma abordagem mais holística, sistémica, ética e normativa para o desenvolvimento sustentável;
- a declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS; Rio+20), intitulada *O Futuro que Queremos* (UN, 2012) que reconheceu a governança entre diferentes níveis espaciais como fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável;
- a atual Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotada em 2015 com o documento *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (UN, 2015), que parece procurar conciliar dois quadros políticos complementares: um extensivo, composto por 17 objetivos e 169 metas associadas, de orientação para a transformação institucional (*top down*); e um minimalista, composto por cinco eixos temáticos, os “5 P’s”: ‘Pessoas; Planeta, Prosperidade; Paz; e Parcerias’ para experimentação e adaptação local (*bottom up*), realçando a centralidade da governança para uma abordagem integrada do desenvolvimento sustentável (Seixas, 2014).

Sumarizando, o caráter político e ideológico expresso pelas contradições subjacentes aos objetivos do desenvolvimento sustentável, traduz os dilemas resultantes do confronto entre

uma ainda dominante mundivisão da cultura industrial (HEP/primeira modernidade), e uma nova mundivisão resultante da reflexividade face aos riscos implicados nessa mesma mundivisão (NEP/modernidade reflexiva). As duas abordagens de promoção da sustentabilidade podem aqui ser entendidas em função de tais mundivisões: i.) a sustentabilidade “fraca”, em que a substituição do capital natural por outros capitais possibilita a continuidade na forma de atuação dos atores das sociedades industriais modernas (*business as usual*); e ii.) a sustentabilidade “forte”, em a definição dos limites aceitáveis entre as sinergias e *trade-offs* dos diferentes capitais para a manutenção do capital natural crítico implica uma participação alargada nos processos de tomada de decisão, remetendo para a governança da sustentabilidade como uma precondição a qualquer visão político-económica de desenvolvimento.

2.3 Modernização Ecológica: Um Quadro Normativo na UE?

Como referido, a incorporação do desenvolvimento sustentável na estrutura política (*polity*), impulsionou e beneficiou das transformações que tem vindo a decorrer nos arranjos institucionais dos diversos níveis de governação. No caso específico da UE, este processo teve como expressão a tentativa de se lidar positivamente com as questões ambientais dentro de domínios políticos associados em cada um dos níveis espaciais e foi caracterizado por Mol (1999) como parte de uma trajetória normativa que dá pelo nome de modernização ecológica.

O termo foi originalmente apresentado nos trabalhos dos sociólogos Joseph Huber, Martin Jänicke e Udo Simonis ao longo da década de 80 para explicar a evolução da política ambiental nos países da Europa Ocidental. Desde então, foi desenvolvido como uma teoria de mudança social e uma estratégia política (Sezgin, 2013). O seu principal pressuposto é que os problemas ambientais podem ser tratados dentro da atual ordem socioeconómica e política através de mais modernização, desde que dentro de um quadro de reestruturação política e macro e microeconómica (Hajer, 1993, 1995; Mol 1995; Christoff, 1996, Gouldson & Murphy, 1996; Gibbs, 1998). Neste sentido, a modernização ecológica é geralmente entendida como a incorporação e institucionalização de uma racionalidade ecológica, a par de uma racionalidade económica, ao nível dos processos económicos (produção e consumo) e da política ambiental (Mol, 1995).

Numa primeira geração de literatura, o enfoque da modernização ecológica foi colocado apenas nos aspetos industriais e tecnológicos, dando pouca importância ao contexto social em que estes ocorriam. Assumindo que uma transição ecológica seria uma etapa lógica, necessária e inevitável no desenvolvimento do sistema industrial, e dado que os processos de inovação tecnológica ocorrem de forma mais ou menos autónoma, estes primeiros autores entendiam que o papel do Estado tinha pouca influência na reorientação dos processos de produção e consumo (Gibbs, 1998).

Mais tarde, porém, Hajer (1993; 1995) veio ampliar esta abordagem, diferenciando duas interpretações: *i.*) uma ‘modernização ecológica tecno-económica’ (em que ênfase é colocada na economização da natureza por via das soluções tecnológicas e as estruturas verticais e centralizadas de tomada de decisão); e *ii.*) uma ‘modernização ecológica reflexiva’ (em que a ênfase é colocada nas mudanças na produção e consumo, mas também questões de democratização da tomada de decisão, redistribuição e justiça social). Christoff (1996), por seu turno, caracterizaria estas duas versões como modernização ecológica “fraca” e “forte”, evidenciando duas extremidades de um espectro de desenvolvimento político e económico de uma autoconsciência crítica que envolveria a participação pública e o controle democrático (ver Quadro 3.).

Quadro 3. Modernização Ecológica “Fraca” e “Forte”

Modernização Ecológica Fraca	Modernização Ecológica Forte
A principal aposta é nas soluções tecnológicas para os problemas ambientais;	Reformas nas estruturas institucionais e económicas da sociedade pela incorporação de preocupações ecológicas;
Estilos tecnocráticos e corporativistas na elaboração de políticas, realizados pelas elites científicas, económicas e políticas;	Tomada de decisões por processos abertos e democráticos, marcados pela participação e envolvimento dos vários setores da sociedade;
Restrito a nações desenvolvidas que se utilizam da modernização ecológica para consolidar as suas vantagens económicas globais;	Preocupação com as dimensões internacionais do meio ambiente e desenvolvimento económico;
Impõe uma estrutura fechada, rígida e unilateral de desenvolvimento político e económico;	Abordagem aberta e participada assente em múltiplas possibilidades orientadas pelos pressupostos da modernização ecológica;

Fonte: Adaptado de Christoff (1996).

Nesta linha, uma segunda geração de literatura, associada, sobretudo, aos trabalhos de Arthur P. Mol e Gert Spaargaren, tem-se centrado em questões como: “the transformation of the old political institutions of the nation-state in environmental reforms and emergence of the new sub- and supra-national political arrangements, the new role of the markets and

economic actors in triggering environmental protection, and the increasing uncertainty and insecurity around environmental risks and management strategies following the changing role of science” (Mol & Spaargaren, 2000, p. 23). A introdução destes temas contribuiu para que a modernização ecológica se afirmasse como teoria multidisciplinar e se inserisse de forma crítica no debate conceptual sobre “modernidade reflexiva, mudanças institucionais e reformas ambientais”. Neste sentido, a teoria da modernização ecológica tem sido utilizada pelos sociólogos do ambiente para compreender como é que as atuais mudanças político-institucionais têm conduzido, ou bloqueado, uma melhoria dos resultados ecológicos (Olivieri, 2012).

Apesar das diferentes ênfases que foram sendo colocadas ao longo do desenvolvimento desta abordagem, Gouldson e Murphy (1996, p. 14) identificam quatro pressupostos recorrentes:

- Ambiente e economia podem ser sinergicamente combinados pela intervenção governamental para um maior desenvolvimento (benefício mútuo entre proteção ambiental e crescimento económico; a proteção ambiental deve ser um ímpeto para o crescimento económico; o governo tem um papel importante a desempenhar nesse processo);
- Os objetivos da política ambiental devem ser integrados noutras áreas políticas (dado que a maior parte dos problemas ambientais são transversais e, portanto, impossíveis de serem tratados isoladamente, deve haver uma integração da política ambiental noutros domínios políticos);
- Deverão ser exploradas medidas políticas alternativas e inovadoras (necessidade de desenvolver novos instrumentos de política ambiental em vez de instrumentos de comando e controle *top down*; modelos de governança e parceria na conceção e implementação das políticas ambientais);
- É essencial a invenção, inovação e difusão de novos tipos de tecnologia limpa.

Por sua vez, Gibbs (1998, p. 6) sintetiza as linhas da modernização ecológica como programa político:

- Compensação por danos ambientais e a utilização de tecnologias adicionais para minimizar os efeitos da produção e consumo no ambiente;
- Foco na alteração dos processos de produção e consumo, através do uso de tecnologias limpas e de avaliação económica;
- Desmantelamento e desindustrialização das economias e uma transformação para unidades de pequena escala e uma relação mais estreita entre produção e consumo.

Apesar de serem vários os autores que se referem à modernização ecológica como a estratégia adotada pela UE para as políticas de desenvolvimento sustentável, este não é um tema consensual, desde logo, porque esta é geralmente entendida na sua versão “fraca”. Outra questão fundamental prende-se com o pressuposto da modernização ecológica de que a base dos problemas ambientais são as “falhas” ou “erros” estruturais do tecnossistema industrial (instituições da ciência e da tecnologia modernas e da economia de mercado), e não o carácter expansionista do sistema capitalista.

Neste sentido, autores como Blühdorn (2001) e Baker (2007) vêm na adoção desta estratégia uma forma da UE utilizar o desenvolvimento sustentável como um discurso para compatibilizar a gestão ambiental com os objetivos de base do Projeto Europeu, nomeadamente, a integração económica sustentada na ideologia neoliberal e a construção do mercado livre como suporte à competitividade industrial. Por estar destituído de verdadeira intenção de uma abordagem política para o desenvolvimento sustentável, tal discurso é entendido como uma ‘retórica vazia’ (Baker, 2007), servindo, por oposição a um ‘discurso de sobrevivência’ (Drysek, 1997), como um ‘discurso de tranquilidade’ (Blühdorn, 2001) de suporte à noção ocidental de desenvolvimento e aos ideais do crescimento, do lucro e do consumo. Este argumento foi reforçado por Sezgin (2013) que encontrou nas estratégias de crescimento da UE (Estratégia de Lisboa, e na sua substituta, a Estratégia Europa 2020), correspondências entre uma aposta no problema das alterações climáticas, e na eficiência energética como resposta, uma forma da UE reduzir toda a sua política ambiental a uma lógica que mais facilmente permita produzir resultados económicos.

Ao nível da Política de Coesão, ou política regional, na qual as estratégias europeias ganham expressão junto dos Estados-Membros, tem sido defendido o potencial do conceito de modernização ecológica como programa operacional (Gibbs, 1998; Jackson & Roberts, 1999;

Roberts; 2003; 2004; O’Neill, 2007; Argüelles & Benavides, 2014). No entanto, a análise empírica aos programas de desenvolvimento regional para o período 2000-2006, realizada por Argüelles e Benavides (2014), revelaram pouca influência entre os princípios deste conceito e as estratégias definidas na maioria das regiões estudadas: “as environmental measures are tailored to the specific needs of the different kinds of regions, the importance of ecological modernization as the operating paradigm behind the Structural Funds OP varies, and is relevant only in the most developed regions of the group” (Argüelles & Benavides, 2014, p. 602). Algumas exceções foram a Alemanha e os Países Baixos, sendo uma explicação possível avançada pelas autoras, o facto de estes países terem níveis de desenvolvimento socioeconómico mais elevados e uma longa tradição de política ambiental.

Em suma, o conceito de modernização ecológica apresenta-se, em termos operativos, como um substituto potencial para o de desenvolvimento sustentável. Contudo, a sua utilização como estratégia na UE é controversa e parece estar restrita a um quadro político-normativo, uma vez que as especificidades regionais parecem ser determinantes para o entendimento das medidas ambientais a definir. Aqui, as evidências alcançadas pelo estudo de Argüelles e Benavides (2014) de que são as regiões mais desenvolvidas a seguir mais de perto uma estratégia de modernização ecológica, reforça as preocupações levantadas por Baker (2007) e Sezgin (2013) e por teóricos da modernização ecológica como Hajer (1995) e Christoff (1996), do perigo deste conceito poder ser utilizado como um discurso para legitimar os interesses dos atores da primeira modernidade e, assim, para continuar a dominação instrumental e destruição do meio ambiente. Deste modo, os processos de governança associados a uma modernização ecológica “forte” são aqui fundamentais, funcionando como um mecanismo de regulação e controlo dos interesses individuais em prol dos coletivos. Tal implica uma reforma institucional para arranjos políticos mais flexíveis que integrem nas políticas públicas uma gestão e planeamento colaborativo e cooperativo de incertezas e riscos.

3. Desenvolvimento, Coesão e Território na UE

Como já referido, a adoção dos princípios do desenvolvimento sustentável na UE foi paralela a várias outras mudanças sociais, políticas e institucionais que necessariamente têm que ser enquadradas ao nível da evolução da política de desenvolvimento do espaço europeu. Nesse sentido, as secções que se seguem procuraram apresentar um retrato da política territorial europeia e respetivos modelos, que refletisse tais momentos de mudança político-institucional, seus significados e direções, bem como o lugar do ambiente em tais rumos. Salienta-se, no entanto, que não se pretendeu fazer uma apresentação exaustiva e enciclopédica do historial de tal evolução⁷, mas sim, um retrato dos principais momentos transpostos para o quadro dos nossos objetivos de pesquisa.

3.1 Modelos de Desenvolvimento Territorial na UE e em Portugal

A política de desenvolvimento europeia designa “um conjunto de orientações e atuações levadas a cabo a nível da UE que visam dar resposta a preocupações normalmente associadas às políticas de desenvolvimento regional” (Pires, 1998, p. 5). Fundada sob o princípio da solidariedade, a política regional foi criada com a missão de reduzir as assimetrias estruturais existentes entre as regiões da UE. Este objetivo ganhou especial relevância por intermédio da presidência de Jacques Delors (1985/95) na Comissão Europeia (CE), no âmbito do da calendarização do Mercado Único e do alargamento da UE a países cada vez mais díspares. Tal expressou-se com o Ato Único Europeu (1986) que adotou os objetivos da coesão económica e social, programando a criação da Política de Coesão (em 1988) para a sua persecução. Aplicada através dos Fundos Estruturais e de Coesão, esta política é, desde então, o principal instrumento para a promoção do desenvolvimento harmonioso do espaço europeu e o equilíbrio das suas regiões menos favorecidas.

Num quadro recente, a intensificação da globalização e seus desafios, revelou que a política de desenvolvimento europeia, sustentada, no denominado modelo do “Pentágono⁸” (EDEC, 1999), com o único centro a competir no mercado global, estava a ter custos inoportáveis

⁷ Para uma visão mais detalhada sobre o historial da evolução da política territorial da UE ver Ferrão (2003; 2004).

⁸ Delimitado pelas metrópoles de Londres, Paris, Milão, Munique e Hamburgo, este centro concentrava metade do PIB da UE e sustentava-se, enquanto modelo de desenvolvimento, na lógica dos efeitos de *spillover* para o restante espaço europeu.

na coesão das restantes regiões. Ao mesmo tempo, este diagnóstico foi sendo reforçado ao nível interno dos Estados-Membros pelos vários *Relatórios sobre Coesão da Comissão Europeia*, que observaram que grande parte dos fundos da Política de Coesão estavam a ser focalizados no crescimento das suas regiões metropolitanas (Medeiros, 2016). Estando em causa os objetivos fundamentais da Política de Coesão, tal modelo diagnosticado deu lugar a um modelo desejado de uma “Europa das Diversas Regiões”, constituída por múltiplos centros/policêntrica de competitividade, de coesão e de sustentabilidade.

A análise de Seixas (2012), que compara a transição dos modelos de desenvolvimento da UE face aos processos globais, com os modelos decorrentes das políticas territoriais europeias em Portugal (enquanto país periférico), ilustra bem o jogo de forças que aqui estava em causa (e que, porventura, ainda está). Definindo ‘modelos de desenvolvimento territorial’ como “a produção de um cenário e das decisões estratégicas e metodológicas para a sua prossecução em um determinado tempo e espaço” (Seixas, 2012, p. 149), o autor identifica quatro modelos territoriais sobrepostos nos últimos 25 anos em Portugal:

- (1) o ‘Modelo da Metrópole’ (1980-1990, referente ao período pós-revolucionário e pós-colonial) centrado na capital Lisboa, em função de conceitos como ‘cidade primacial’, ‘urbanismo difuso’ e ‘polarização limite’;
- (2) o ‘Modelo da Metropolização’ (final da década de 90 em diante) como sistema policêntrico de áreas metropolitanas (Lisboa e Porto), em função de conceitos como ‘metropolização’, ‘cidade-região’ e ‘região urbana’;
- (3) o ‘Modelo da Intermediação Sociocultural’ (também em finais da década de 90, inícios de 2000) com a aposta na cultura, na inovação e património, como fatores de desenvolvimento territorial em função de conceitos como ‘destraditionalização’ e ‘urbanismo por formatação’; e,
- (4) o ‘Modelo da Criatividade’ (de 2000 em diante), associado em específico a zonas de baixa densidade, em função de conceitos como ‘hubs criativos’, ‘clusters criativos’, ‘bairros criativos’ e ‘municípios criativos’.

Não sendo o objetivo aprofundar cada um destes modelos, interessa dizer que estes correspondem a traduções socioespaciais de visões, ou perspetivas, sobre a globalização, por um lado, relacionando o modelo da metrópole e da metropolização com a perspetiva

hierárquica e a de rede, e por outro, respostas *bottom up* a essas mesmas perspetivas, relacionando a intermediação sociocultural e a criatividade a novas perspetivas como a de fluxos, a de dinâmica globais e a realocização (Seixas, 2011; 2012). Ainda que os dois últimos modelos tenham procurado contrabalançar uma tensão estrutural entre o modelo da metrópole *versus* o da metropolização, o autor conclui “a existência de uma contínua tensão entre um modelo monocêntrico e policêntrico” onde “a incorporação de capitais de diversos tipos pela capital (Lisboa) possibilitou, de facto, sempre uma supremacia do modelo monocêntrico sobre o policêntrico” (Seixas, 2012, p. 169).

Comparando esta realidade com os modelos de desenvolvimento territorial da UE, Seixas (2012) sugere que ambos enfrentam o mesmo diagnóstico: “uma centralidade competitiva *versus* uma periferia pobre e vulnerável e a necessidade de políticas que desenvolvessem um policentrismo que permitisse um maior equilíbrio entre competitividade e coesão social” (Seixas, 2012, p. 169). Desse modo, a leitura que faz é a de uma Europa que parece procurar um “policentrismo baseado em regiões europeias agregadas por uma rede de metrópoles de forma a manter a coesão de um determinado nível para que os centros de competitividade (do Pentágono) possam competir mais fortemente” (Seixas, 2012, p. 170). Esta visão *top-down*, de uma Europa de território único que atribuía à periferia uma função meramente de coesão, entrava em tensão com as visões dos Estados-Membros que pretendiam (e necessitavam) de competir na economia global (Seixas, 2011; 2012).

Dado que a CE não possui competências formais ao nível do ordenamento do território, a necessidade de se construir uma visão estratégica partilhada para um desenvolvimento policêntrico do espaço europeu implicou colocar em prática políticas e posições estratégicas, quer ao nível geral da política territorial da UE, quer ao nível específico da Política de Coesão através das suas lógicas de financiamento (Ferrão, 2002; 2003; 2010; Seixas, 2012). Este processo foi desencadeado com a produção do *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC, 1999), e tal estratégia foi concebida com a Agenda Territorial da UE (2007, e a sua revisão, em 2011) e pela Estratégia Europa 2020 (CE, 2010), e expressou-se com a adoção da coesão territorial como novo paradigma de desenvolvimento do espaço europeu.

3.2 Coesão Territorial: Um Novo Paradigma de Desenvolvimento Europeu

A coesão territorial foi formalmente adotada como objetivo da UE e como componente da Política de Coesão⁹, em 2009, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Porém, era já mencionada regularmente pelas instituições europeias desde a publicação, em 2001, do *Segundo Relatório sobre Coesão* (Medeiros, 2016). De acordo com Faludi e Peyrony (2011) o conceito foi discutido pela primeira vez na Assembleia das Regiões Europeias, pelo seu vice-presidente Robert Savy e foi posteriormente popularizado na CE por intermédio de Michel Barnier, Comissário Francês para a Política Regional, responsável pela sua primeira introdução no Tratado de Amesterdão (1997). Segundo estes autores, o conceito veio dar corpo às crescentes preocupações com o aumento das disparidades territoriais, revelando a vontade de contrariar as tendências estabelecidas pelo mercado, orientadas para as regiões mais competitivas e populadas.

Neste quadro precursor, Faludi e Peyrony (2011) sublinham as raízes francesas do conceito, especialmente, a influência do pensamento de Émile Durkheim em *Da Divisão do Trabalho Social* (1893). A este respeito, argumentam que ainda que Durkheim não se tenha referido explicitamente à noção de coesão territorial, as suas questões sobre os problemas da interdependência, coesão e solidariedade entre territórios, podem ser entendidas como uma forma de “divisão territorial do trabalho”. Destacam também os contributos de Pierre Bourdieu (1984) sobre os diversos valores do capital (económico, social, simbólico e cultural) para a sua compreensão. Referem aqui que a maximização do capital, nas suas diferentes dimensões, está subordinada ao local onde os agentes em causa estão localizados. Por referência ao Relatório Barca (2009), entendem por ‘local’ uma representação do capital em termos de acesso às relações sociais, serviços, trabalho e áreas relacionadas. Sublinham ainda que a OCDE tem utilizado a noção de ‘capital territorial’ com o mesmo significado, noção que aparece latente a outros documentos como a Agenda Territorial da UE.

Tendo por base uma conceção do ‘território’ como construção social e política (sistemas dinâmicos, moldados pela cultura e história) e como ‘capital territorial’ (com especificidades naturais, culturais, económicas e sociais), são vários os autores que relacionam a coesão territorial com a identificação e valorização das heterogeneidades territoriais positivas, isto

⁹ A par com a Coesão Económica e Social, já previstas como princípios fundamentais nos tratados anteriores.

é, com o potencial endógeno de cada território (Camagni, 2009; Faludi & Peyrony, 2011; Santinha & Marques, 2012; Santinha, 2014; Medeiros, 2016, entre outros).

Camagni (2009), por exemplo, aponta três objetivos fundamentais a que a coesão territorial deve procurar responder: (1) eficiência territorial (decorrente de uma visão prospetiva, conexão interna e externa e uso racional dos recursos naturais e eficiência energética); (2) qualidade territorial (bons níveis de qualidade de vida, equidade entre os territórios, e solidariedade no acesso aos serviços, equipamentos, infraestruturas e conhecimento); e (3) identidade territorial (capacidade de prospeção, presença de capital social, especificidades de cada território). Num quadro de proximidade com estes objetivos, o *Livro Verde sobre Coesão Territorial*, publicado pela CE em 2008, propõe três eixos (os 3 C's) sobre os quais a coesão territorial se deve sustentar (Santinha, 2014):

- (des)concentração (necessidade de equilibrar as assimetrias resultantes da concentração urbana excessiva e o acesso aos seus benefícios; retirar um melhor partido da diversidade e complementaridades urbano-rurais dos territórios; lidar de forma diferenciada com as características endógenas, levando a integrar nas políticas e estratégias de desenvolvimento uma dimensão de justiça espacial que promova a solidariedade entre pessoas e territórios);
- conexão (melhoria dos acessos aos Serviços de Interesse Geral, bem como aos equipamentos, infraestruturas e ao conhecimento, implicando a sua distribuição equitativa entre territórios; nova relação urbano-rural assente na melhoria da conectividade física e virtual, ligada à necessidade de superar os efeitos da metropolização, designadamente, da rede de transportes e dos problemas de sobreconcentração como a poluição urbana, tempo de deslocação, fragmentação social, perda de identidade territorial, entre outros); e,
- cooperação (ligada a processos de governança territorial; necessidade de se coordenar as divisões e intervenções na medida em que os problemas de conectividade e da concentração só podem resolvidos de forma eficiente pela cooperação estreita entre todos os intervenientes).

O reconhecimento de que os capitais territoriais poderiam ser configurados em fragilidades e potencialidades (e desafios e oportunidades), levou a que a UE colocasse uma ênfase

crescente no território como fator de racionalidade na conceção e implementação das políticas públicas (territorialização das políticas e *place based policies*). Apesar de não existir ainda uma definição consensual de coesão territorial a ser utilizada pelas instituições europeias, é geralmente aceite que a adoção deste princípio tem implícita a necessidade de uma abordagem integrada de desenvolvimento dos territórios que articule, de forma equilibrada, competitividade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental (CE, 2008; EEA, 2010). Tal é claro no *Livro Verde sobre Coesão Territorial*, que sublinha que a “territorial cohesion builds bridges between economic efficiency, social cohesion and ecological balance, placing sustainable development at the heart of policy design” (CE, 2008, p. 3). E também na Agenda Territorial 2020 que reconhece que a “territorial cohesion is a set of principles for harmonious, efficient and sustainable territorial development” (CE, 2011, p. 4).

Em suma, as políticas territoriais para a construção de uma visão de desenvolvimento regional partilhada no quadro da coesão territorial europeia, têm significado colocar em ênfase as heterogeneidades territoriais e a utilização do potencial endógeno para projetar de forma ascendente (*bottom up*) cada região no contexto europeu. Tem implicado ainda o reforço da ‘governança multinível’, entenda-se, da coordenação estratégica, integração de políticas e articulação de atores dos diversos níveis territoriais (Ferrão, 2010), paradigma de governação da UE inerente ao *Livro Branco sobre a Governança Europeia* (CE, 2001), ao princípio da subsidiariedade e à territorialização das políticas públicas (Relatório Barca, 2009). Ao nível da Política de Coesão, este paradigma traduziu-se em novas exigências em termos da coerência, eficácia e eficiência da aplicação dos fundos pelos Estados-Membros que se tornaram particularmente evidentes no atual Ciclo de Programação Comunitário (2014-2020).

3.2.1 O Ambiente como Fator de Desenvolvimento Regional

De uma forma ou de outra, os temas supra mencionados convergem na redescoberta de uma abordagem de planeamento e desenvolvimento regional “equilibrado” que teve a sua origem na primeira metade do século XX em autores como Geddes (1915), Mackaye e Mumford (1929), entre outros. Neste sentido, o recente reconhecimento das regiões enquanto escala territorial ótima para planear a formulação e implementação do

desenvolvimento sustentável – “por serem uma área suficientemente ampla para conter um vasto conjunto de atividades, recursos e ecossistemas relacionados, e ainda suficientemente pequena para ser considerada relevante para o nível local” (Roberts, 2001, p. 66), recupera as ideias destes percursores. As tangências com as questões atuais prendem-se: *i.)* com a ênfase colocada no “valor” do território, em vez da sua “função”, enquanto conceito global de organização; *ii.)* com a importância de promover a utilização mais eficaz e eficiente dos recursos/capitais territoriais; e *iii.)* com a procura por melhorar a qualidade de vida a partir de uma abordagem em que o ambiente das áreas urbanas e rurais podem ser reunidos e planeados de forma integrada, respeitando a relação ente crescimento económico e preservação ambiental (Roberts, 2001).

Na UE, e em particular, ao nível da Política de Coesão, a importância da região como nível-chave de governança atendendo à lógica da coesão territorial na definição de um quadro estratégico multinível, atribuem ao ambiente um valor potencial de atração e projeção desse mesmo território. Exemplo disto é a Estratégia Europa 2020 (CE, 2010), que adotou o crescimento sustentável como um dos três vetores para relançar a economia europeia num contexto de exposição acrescida à globalização, combinando ecologia e competitividade e enfatizando a necessidade de um desenvolvimento económico associado a preocupações de sustentabilidade dos recursos.

A verdade é que a “Gestão Prudente da Natureza e do Património Cultural” tinha sido já um dos três princípios-diretores apresentados pelo EDEC para o desenvolvimento espacial harmonioso, equilibrado e sustentável da UE, remetendo, quer para a “preservação e valorização da natureza”, quer para fazer da “natureza e património natural, fatores de desenvolvimento territorial” (CE, 1999) (ver Quadro 4.).

Tal é relevante, por um lado, porque a “gestão criativa da cultura”, diretriz dentro do mesmo princípio-diretor, foi de facto um fator de desenvolvimento territorial *bottom-up*, no caso português, com o ‘Modelo da Intermediação Sociocultural’ e o ‘Modelo da Criatividade’ (Seixas, 2011; 2012). Por outro, porque sendo o ambiente um “valor” inerente ao território constitui, por isso, muitas vezes o único capital que determinado território tem para oferecer numa ótica pró-ativa (*bottom up*) da coesão territorial e em termos de desenvolvimento de valia europeia. Isto significa que o ambiente pode ser configurado como um fator de mais-valia competitiva quando pensado do ponto de vista da sua atratividade,

populacional e económica. Esta é, aliás, uma das razões pelas quais o potencial do conceito de modernização ecológica se tornou tão atrativo para as estratégias de crescimento da UE e como programa operacional para a política regional.

Quadro 4. Princípios Diretores do EDEC

Desenvolvimento Espacial Policêntrico e Nova Relação Cidade-Campo
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento espacial policêntrico e equilibrado da UE• Cidades e regiões urbanas dinâmicas, atrativas e competitivas• Desenvolvimento endógeno, diversidade e bom funcionamento dos espaços rurais;• Parceria cidade-campo
Equidade de Acesso às Infraestruturas e Conhecimento
<ul style="list-style-type: none">• Uma intervenção integrada visando uma melhor ligação às redes de transportes e um melhor acesso ao saber;• Desenvolvimento policêntrico: um conceito para uma melhor acessibilidade• Utilização eficaz e durável das infraestruturas• Difusão da inovação e do saber
Gestão Prudente da Natureza e do Património Cultural
<ul style="list-style-type: none">• Natureza e património natural, fatores de desenvolvimento• Preservação e valorização da natureza• Gestão do recurso água: um desafio prioritário para o desenvolvimento espacial• Gestão criativa do património cultural

Fonte: Comissão Europeia (1999, apud Ferrão, 2003)

Todavia, é necessário ter em conta que, ao resultar de um cruzamento entre o quadro político-normativo (Estratégia Europa 2020) com um quadro político-estratégico territorial, a incorporação do desenvolvimento sustentável nas estratégias regionais reflete, sobretudo, um processo de negociação conflitual. Isto significa que os processos de governança na elaboração de tal quadro estratégico são cruciais, funcionando as perceções dos diversos atores dos vários níveis territoriais como mecanismo de controlo e de regulação para que a mobilização do ambiente como fator de desenvolvimento territorial promova localmente os compromissos relativos à sustentabilidade ambiental face ao contexto mais global. Desse modo, entendemos que as configurações que resultaram da elaboração das EIDTs, enquanto novas práticas políticas que concretizam todo este processo em cascata de negociação cruzada, proporcionam a melhor abordagem para aferir e discutir as possibilidades operacionais para um desenvolvimento regional sustentável.

4. Metodologia

Com o objetivo principal de analisar como o desenvolvimento sustentável foi mobilizado pelas EIDTs, apresenta-se nos pontos seguintes a composição e características do *corpus* de pesquisa, bem como a técnica de análise de dados, procurando esclarecer e justificar as opções metodológicas que tomamos e as várias etapas que se seguiram na sua aplicação.

4.1 Sobre o *Corpus* de Análise

O *corpus* de análise da presente pesquisa será constituído pelo material documental das 23 EIDTs produzido pelas EIs (AMs e CIMs) em Portugal para o presente Ciclo de Programação Comunitário. Este material documental é de consulta pública e está disponível na internet.

Importa, neste contexto, referir a centralidade destas novas práticas políticas no processo de programação em cascata entre a UE e Portugal.

Os princípios de programação para a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento¹⁰ (FEEI) em Portugal para o período 2014-2020, foram definidos no Acordo de Parceria Portugal 2020, documento que resultou da negociação entre as entidades nacionais e a CE. Tal processo negocial teve por base a persecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020 (Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo) em quatro domínios temáticos: i.) Competitividade e Internacionalização; ii.) Inclusão social e Emprego; iii.) Capital Humano; e iv.) Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, e dois domínios transversais: i.) Reformas da Administração Pública; e ii.) Territorialização das Intervenções (AP2020, 2014).

A operacionalização do Portugal 2020, por sua vez, foi realizada através da elaboração de 16 Programas Operacionais (PO), complementados pelos Programas de Cooperação Territorial que resultaram da parceria com outros Estados-Membros. Neste nível, destaca-se as Estratégias de Investigação e Inovação de Portugal para uma Especialização Inteligente (RIS3), nacional e regionais (NUTS II), que tiveram como objetivo a identificação das vantagens competitivas e das prioridades estratégicas para maximizar o potencial da região baseado no conhecimento.

¹⁰ Fundo europeu de desenvolvimento regional (FEDER); Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER); e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

O Portugal 2020 identifica neste alinhamento as Els, AMs e CIMs (NUTS III), como a escala privilegiada para a coordenação e articulação entre os atores entre os diversos níveis territoriais na definição das intervenções específicas. Coordenadas pelas Els, as EIDTs foram elaboradas em parceria com os vários atores territoriais, apresentando-se como documentos estruturados de carácter político (que respondem às orientações da UE e são critério à alocação dos fundos comunitários) e estratégico (de orientação da coerência e cooperação das intervenções territoriais ao nível das NUTS II, NUTS III e local). Neste sentido, a pertinência e atualidade da análise à mobilização do desenvolvimento sustentável nestas práticas políticas sustentam-se a três níveis: *i.*) na novidade destas práticas políticas em termos do processo (de negociação) em cascata num quadro de governança multinível; *ii.*) pela introdução de um conjunto de novos instrumentos de política pública de base territorial que a sua operacionalização implicou¹¹; e, por último, *iii.*) pelo contexto de consolidação do estatuto das Els enquanto regiões administrativas (entrada em vigor da Lei 75/2013) que ainda é necessário avaliar.

4.2. Técnica de Análise de Dados

Com o objetivo de analisar como o desenvolvimento sustentável foi mobilizado pelas EIDTs, optamos, em termos metodológicos, pela utilização da análise de conteúdo, técnica que, face aos objetivos colocados, nos pareceu a mais adequada tendo em conta a sua tradição na análise descritiva e inferencial de conteúdos comunicacionais de tipo político.

Encontramos as raízes teóricas da análise de conteúdo associadas ao desenvolvimento científico norte-americano da primeira metade do século XX. Destaca-se aqui os contributos de Bernard Berelson (Berelson & Salter, 1946; Berelson & Garcia, 1947; Berelson & Lazarsfeld, 1948; Berelson, 1952; 1954) que marcou pela preocupação com o rigor, a sistematização, a fidelidade da codificação, a validade dos procedimentos e dos resultados a aplicação da técnica à investigação social e política (Bardin, 1977). A partir da década de 80, a abordagem qualitativa da técnica passou a merecer um maior destaque conceptual e empírico e desde então tem sido renovada pela introdução de novos enfoques a partir do contributo de vários autores.

¹¹ ITI – Investimentos Territoriais Integrados; DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária; e AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável.

A análise de conteúdo é constituída por um conjunto amplo de técnicas e caracteriza-se por uma grande quantidade de formas de aplicação adaptáveis ao conteúdo em estudo (Bardin, 1977; Vala, 1986). Nesse sentido, justifica-se a escolha da análise de conteúdo para aplicação à presente pesquisa pela sua aplicabilidade sobre qualquer forma de comunicação (Bardin, 1977) e pela sua adequação sobre qualquer tipo de material, estruturado e/ou não estruturado (Vala, 1986). Tendo em conta que o material não foi produzido com o propósito de ser analisado, é importante que exista um suporte teórico para que a utilização desta técnica faça sentido na altura de considerar o material (Vala, 1986). Neste contexto, a análise de conteúdo decorre do procedimento normal da investigação científica, ou seja, “o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material empírico” (Guerra, 2006, p. 62). A técnica tem sempre uma dimensão descritiva, visando dar conta da mensagem, e uma dimensão interpretativa, resultante das interrogações do investigador face ao objeto de estudo, em que o recurso ao modelo de análise permite formular as regras de inferência. Krippendorf (1980, p. 21) define-a como “uma técnica de investigação que visa fazer inferências fiéis e válidas a partir dos dados para o seu contexto”. Em termos de aplicação, a escolha da técnica deve ser realizada em função da sua adequabilidade aos objetivos de pesquisa (Bardin, 1977).

Na presente aplicação da análise de conteúdo, optamos pela análise categorial procurando a construção de um sistema de categorias baseado na inferência dos resultados, incidindo, desse modo, na vertente qualitativa da técnica (Bardin, 1977). O principal objetivo do ponto de vista categorial e inferencial é a desmontagem das formas como foram relacionadas as dimensões ambiental, económica e social do desenvolvimento sustentável, procurando identificar quais os elementos articuladores mobilizados pelas EIDTs em tais relações. No âmbito do processo de codificação, as unidades de análise foram recortadas em função da palavra e do tema, e a regra de enumeração utilizada foi de ordem qualitativa, ou seja, em que as unidades de enumeração foram resultado da presença ou ausência de ocorrências com significado analítico face aos objetivos de pesquisa.

Tendo em conta a riqueza, diversidade e extensão do material, optamos, ao nível da categorização, por um sistema de classificação semântico a partir do procedimento designado por ‘milha’ (Bardin, 1977, p. 119). Isto significa que o sistema de categorias foi resultado da classificação progressiva dos elementos à medida que se desenrolou o processo

de investigação sendo, sobretudo, ditado pelos contornos e especificidades do *corpus*. Em tal processo, destaca-se um jogo alternado ente o indutivo e o dedutivo a que tivemos de recorrer de forma transportar as inferências para o enquadramento e os objetivos do trabalho.

O tratamento dos dados foi realizado, como já indicado, com base na vertente categorial e qualitativa da análise de conteúdo, sublinhando-se aqui a matriz sociológica desta pesquisa e não a matriz teórica da linguística que a análise textual e discursiva pode seguir. No que se refere às questões relativas à validade e fidelidade, características fundamentais à aplicação da técnica, servimo-nos da presente secção, em ordem de clarificar os procedimentos metodológicos utilizados, atentando uma maior esclarecimento, rigor e domínio na escolha e aplicação da técnica no sentido de alcançar resultados adequados aos objetivos propostos. Procuramos ainda, seguindo Bardin (1977), que a codificação das categorias de análise respeite as cinco regras fundamentais que asseguram a sua fiabilidade. Estas regras são a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, e objetividade e produtividade (Bardin, 1977, p. 120).

4.3 Sobre o Modelo de Análise

Face á relevância do tema das políticas públicas para a presente dissertação, é necessário fazer neste ponto algum esclarecimento adicional sobre o conceito de análise de política (*policy analysis*). Importa, no entanto, ressaltar, que esta pesquisa não se trata de uma análise de política, sendo que tal conceito deve aqui ser entendido como exclusivamente operativo, no sentido que lhe é atribuído por Sedas Nunes (1998), ou seja, de apoio, no quadro dos restantes conceitos, para a compreensão da problemática e do objeto de estudo.

O conceito de análise de política é geralmente apresentado a partir de três dimensões (Frey, 2000):

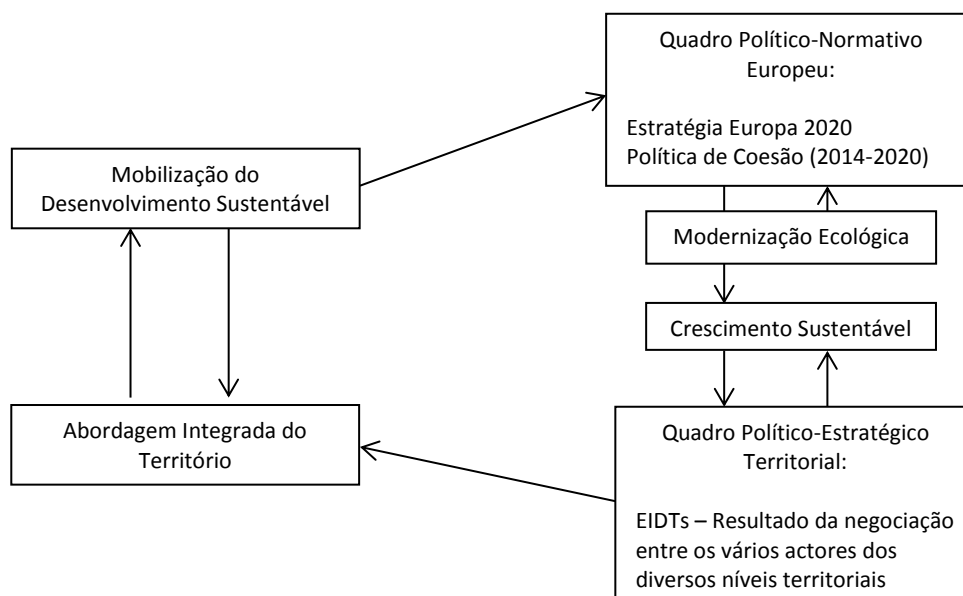
- '*polity*', para denominar as instituições políticas; referindo-se à dimensão institucional; à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e pela estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- '*politics*', para os processos políticos; referindo-se à dimensão processual; tem em vista o processo político, frequentemente de carácter conflituoso entre os

atores no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; e,

- *'policy/policies'*, para os conteúdos da política; refere-se a uma dimensão material; aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Dado que na realidade política estas dimensões encontram-se entrelaçadas e que se influenciam mutuamente, enquanto novas práticas políticas (*policy/policies*), entende-se que as EIDTs são representativas de um processo dinâmico (*politics*) de reestruturação institucional (*polity*), que é particularmente óbvio num contexto de governança multinível e de integração de novos atores no processo político. Assume-se, por isso, o pressuposto que existe dependência entre estas práticas, o processo político e a variável institucional. No entanto, assume-se também, e esta é uma das problemáticas de fundo na nossa pesquisa, que os processos de negociação cruzada/em cascata, que influenciaram o resultado do material concreto (EIDTs), representam, eles próprios, um duplo exercício de reestruturação político-institucional a partir do relacionamento entre as instituições europeias e os Estados-Membros e *vice-versa*.

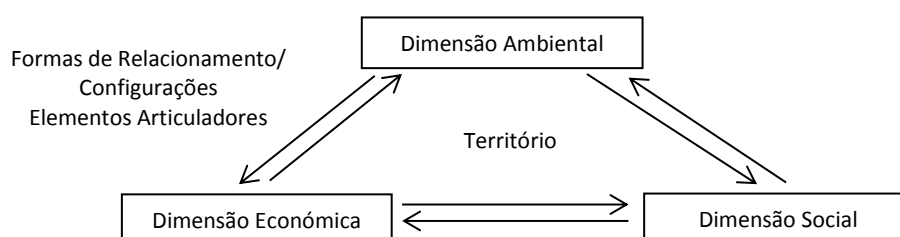
Figura 1. Contextualização das EIDTs nos Processos/Estrutura Cruzados



Em termos conceptuais, procurou-se traduzir a mobilização do desenvolvimento sustentável nas EIDTs a partir dos elementos pelos quais estas práticas políticas, cruzando orientações politico-normativas (Estratégia Europa 2020; Política de Coesão) e o diagnóstico territorial, relacionaram uma dimensão ambiental, económica e social, de modo a criar uma estratégia integrada no território. Focaremos, para isso, os objetivos, as estratégias e as medidas definidas por estes documentos para o Crescimento Sustentável (tendo em conta que estes têm por referência a Estratégia Europa 2020 e as orientações da Política de Coesão) analisando os elementos articuladores entre a dimensão ambiental do território (variável independente) com a dimensão económica e social na definição de tais estratégias. As configurações que resultarem desta análise, permitirão inferir 23 perfis regionais, a partir dos quais se procurará discutir o/s modelo/s de política de desenvolvimento regional sustentável preconizado em Portugal no atual Ciclo de Programação Comunitário e respetivas implicações para a governança da sustentabilidade.

Quanto ao modelo de análise, trata-se de uma *démarche* indutiva, ou seja, em que este será resultado do levantamento e de uma análise sistemática dos dados relativos ao objeto empírico. Nesse sentido, as formas de relacionamento (figura 2.) decorreram da aplicação da análise de conteúdo e, por isso, as categorias e respetivos indicadores, serão exibidas na próxima secção que corresponde à apresentação dos dados (Quadro 5.).

Figura 2. Esquema de Mobilização do Desenvolvimento Sustentável no Território



5. Apresentação dos Dados

Como já referido anteriormente, procuramos traduzir a mobilização do desenvolvimento sustentável nas EIDTs a partir dos elementos pelos quais os documentos, cruzando orientações politico-normativas (Estratégia Europa 2020; Política de Coesão) e o diagnóstico

territorial, relacionam uma dimensão ambiental, económica e social, de modo a criar uma estratégia integrada no território.

Nesse sentido, as configurações que consideramos em função da aplicação da análise de conteúdo desdobraram-se em duas grandes categorias: *i.*) sistémico-territorial, em que o foco foi colocado em relações de sinergia e de interdependência entre as várias dimensões do desenvolvimento sustentável; e *ii.*) tecno-ecológica, em que o foco foi colocado em soluções tecnológicas na otimização da eficiência energética e da utilização dos recursos.

Na primeira categoria obtivemos como indicadores: 1) elementos de competitividade territorial como fator de valorização e proteção ambiental; 2) elementos de valorização e proteção ambiental como fator de atratividade territorial; 3) valorização e proteção ambiental como fator de internacionalização/imagem/marketing territorial; 4) valorização e proteção ambiental como fator de identidade territorial; e 5) sinergias entre ambiente e economia como fator de qualidade de vida. Já na categoria tecno-ecológica, consideraram-se os seguintes indicadores: 1) produção de energias renováveis como fator de competitividade territorial e proteção ambiental; 2) otimização da eficiência energética e na utilização dos recursos como fator de proteção ambiental; 3) processos produtivos mais “verdes” como fator de proteção ambiental; e 4) prevenção e gestão de riscos naturais, industriais e tecnológicos como fator de incremento da resiliência ambiental (ver Quadro 5).

Quadro 5. Lista de indicadores utilizados por categoria

Sistémico-territorial	Tecno-ecológica
1) Elementos de Competitividade Territorial como Fator de Valorização e Proteção Ambiental	1) Produção de Energias Renováveis como Fator de Competitividade Territorial e Proteção Ambiental
2) Elementos de Valorização e Proteção Ambiental como Fator de Atratividade Territorial	2) Otimização da Eficiência Energética e na Utilização dos Recursos como Fator de Proteção Ambiental
3) Valorização e Proteção Ambiental como Fator de Internacionalização/ Imagem/ Marketing Territorial	3) Processos Produtivos mais “Verdes” como Fator de Proteção Ambiental
4) Valorização e Proteção Ambiental como Fator de Identidade Territorial	4) Prevenção e Gestão de Riscos Naturais, Industriais e Tecnológicos como fator de Incremento da Resiliência Ambiental
5) Sinergias entre Ambiente e Economia como Fator de Qualidade de Vida	

Fonte: Dados da pesquisa

Salienta-se que a construção de tais categorias procurou obedecer a critérios semânticos de sistematização que evidenciassem, caso a caso, as estratégias de desenvolvimento apresentada pelas EIDTs para o território/região. Este exercício sofreu aproximações

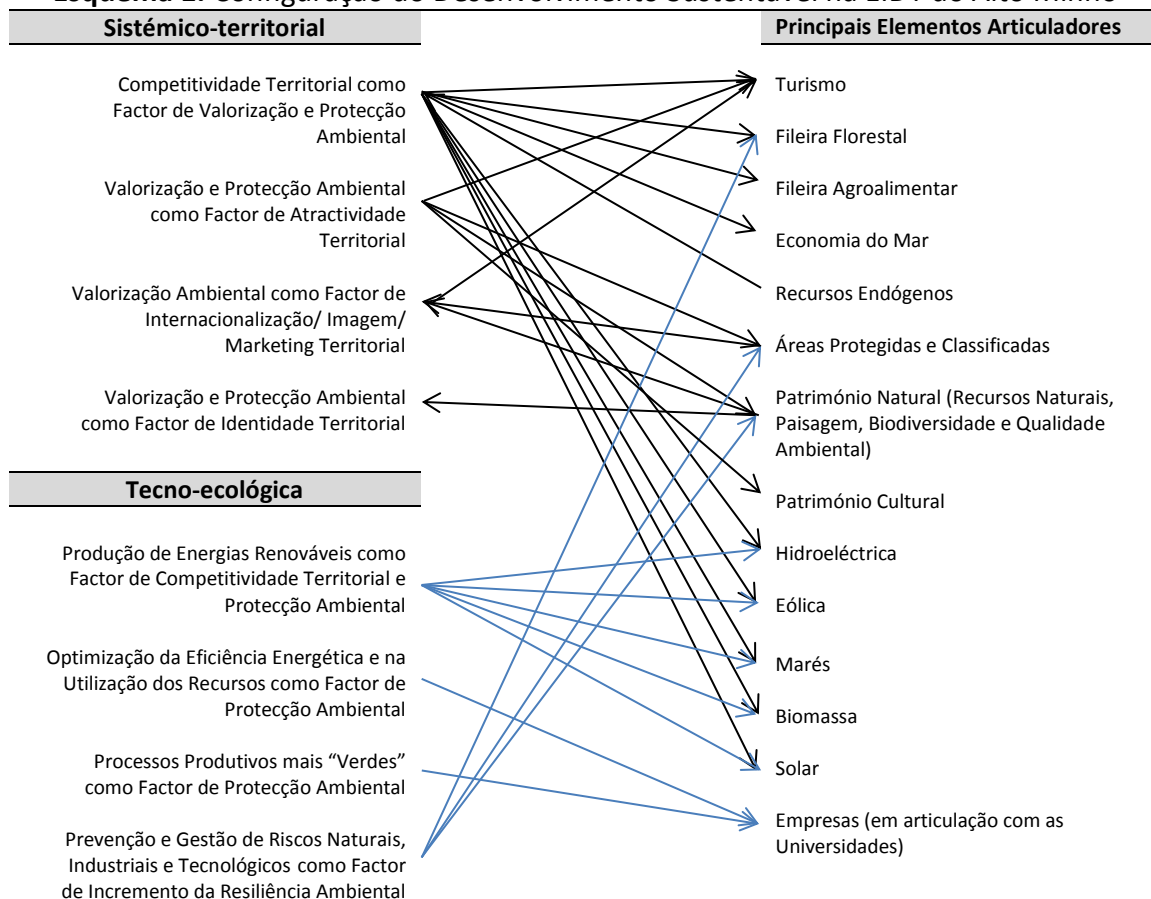
progressivas que serviram para a caracterização de cada uma das EIDT e para a apresentação de 23 perfis regionais.

5.1 Perfis Regionais de Mobilização do Desenvolvimento Sustentável

A identificação dos diferentes perfis, seguidamente apresentados, resultou da caracterização de cada EIDT suportada na análise de conteúdo (ver Anexo 1.). Entendem-se aqui tais perfis como uma descrição/interpretação sumária que define a lógica da abordagem subjacente às configurações (apresentadas nos esquemas) que resultaram da articulação mobilizada por cada EIDT entre as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável.

1) Minho

Esquema 1. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alto Minho



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direccionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e protecção ambiental, definida a partir da fileira

florestal, agroalimentar, da economia do mar, da produção de energias renováveis e do turismo como principais articuladores.

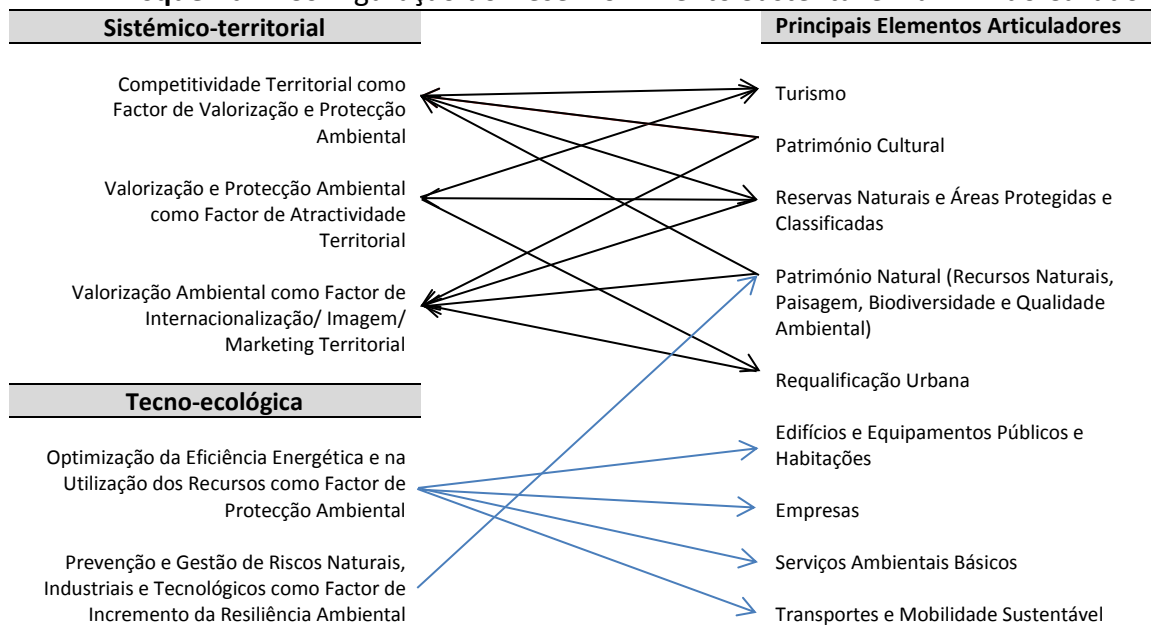
Valorização económica do património natural por via, em particular, das áreas protegidas e classificadas (Parque Nacional Peneda-Gerês), consubstanciada com o património cultural, assumindo tal sinergia como fator de atratividade territorial na promoção do turismo. A valorização ambiental é ainda direcionada para a projeção externa de uma imagem associada à qualidade ambiental e para o reforço interno desta mesma identidade.

A preservação dos recursos endógeos naturais sustenta-se na promoção da eficiência energética e de modelos produtivos ambientalmente sustentáveis. Sustenta-se também na gestão e prevenção de riscos com vista a atenuar vulnerabilidades e responder às exigências que possam ser colocadas sobre os recursos naturais.

Combina, assim, uma abordagem sistémico-territorial com uma abordagem tecno-ecológica. Destaque para a produção de energias renováveis como elemento-ponte entre tais abordagens.

2) Cávado

Esquema 2. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Cávado



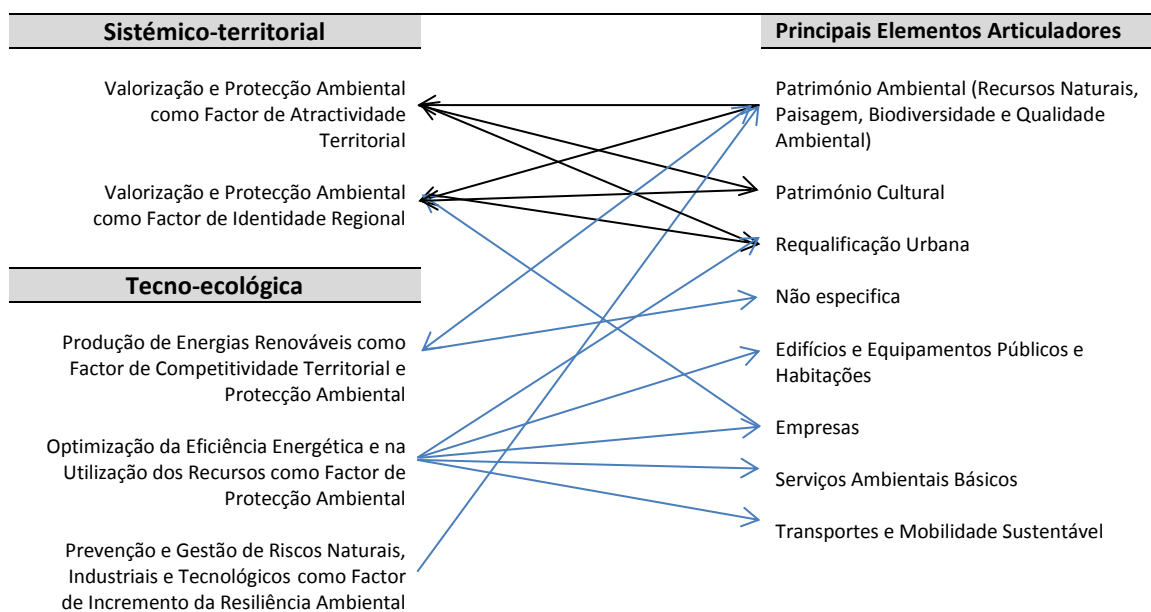
Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a promoção da eficiência e sustentabilidade na transição para um território de excelência e de baixos níveis de emissão de carbono. Valorização da

qualidade do património natural e cultural por via da requalificação urbana e das áreas protegidas e classificadas como forma de marketing do território direcionado para a atratividade turística. Porém, ao nível das intervenções específicas, a estratégia centra-se essencialmente na promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis. Nesse sentido, esta estratégia sustenta-se essencialmente numa abordagem tecno-ecológica para a promoção da preservação ambiental por via de medidas replicadas a partir das orientações da Estratégia Europa 2020.

3) Área Metropolitana do Porto

Esquema 3. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da AMP



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a transição para uma economia hipocarbónica e de adaptação às alterações climáticas. Tais objetivos são associados à requalificação urbana, a mudanças estruturais nos edifícios e equipamentos públicos e habitações e um modelos de transportes e mobilidade mais sustentável.

Não articula a valorização dos recursos ambientais endógenos com a dinamização de qualquer atividade económica, e vice-versa. A promoção da qualidade ambiental é fortemente direcionada para preocupações ambientais associadas a um diagnóstico de insuficiências ao nível da oferta de saneamento básico e da qualidade do ar, do solo e dos recursos hídricos e a uma paisagem urbano-industrial e agroflorestal fragmentada.

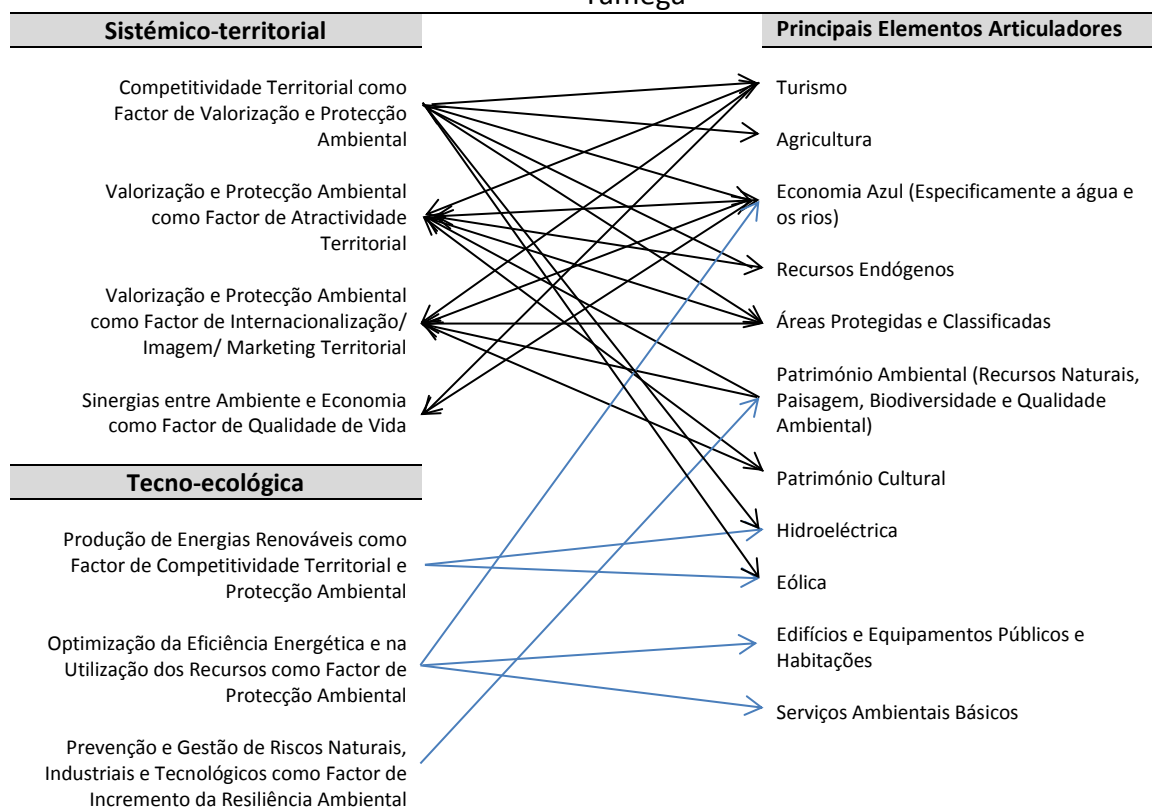
A estratégia apresenta ainda um grande enfoque na adaptação às alterações climáticas por via de medidas de gestão de riscos, identificação de vulnerabilidades ambientais e sociais e do desenvolvimento de sistemas de informação e sensibilização.

As principais intervenções são definidas para a otimização da eficiência energética e na utilização dos recursos e de mitigação e aumento de resiliência socioambiental.

Sustenta-se, assim, essencialmente numa abordagem tecno-ecológica para a promoção da preservação ambiental por via de medidas replicadas a partir das orientações da Estratégia Europa 2020.

4) Alto Tâmega

Esquema 4. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alto Tâmega



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a promoção da valorização dos recursos naturais endógenos, especialmente a “água”, enquanto promotores de competitividade económica e proteção ambiental. Concebe aqui o turismo, a produção de energias sustentáveis e a economia azul e como principais articuladores.

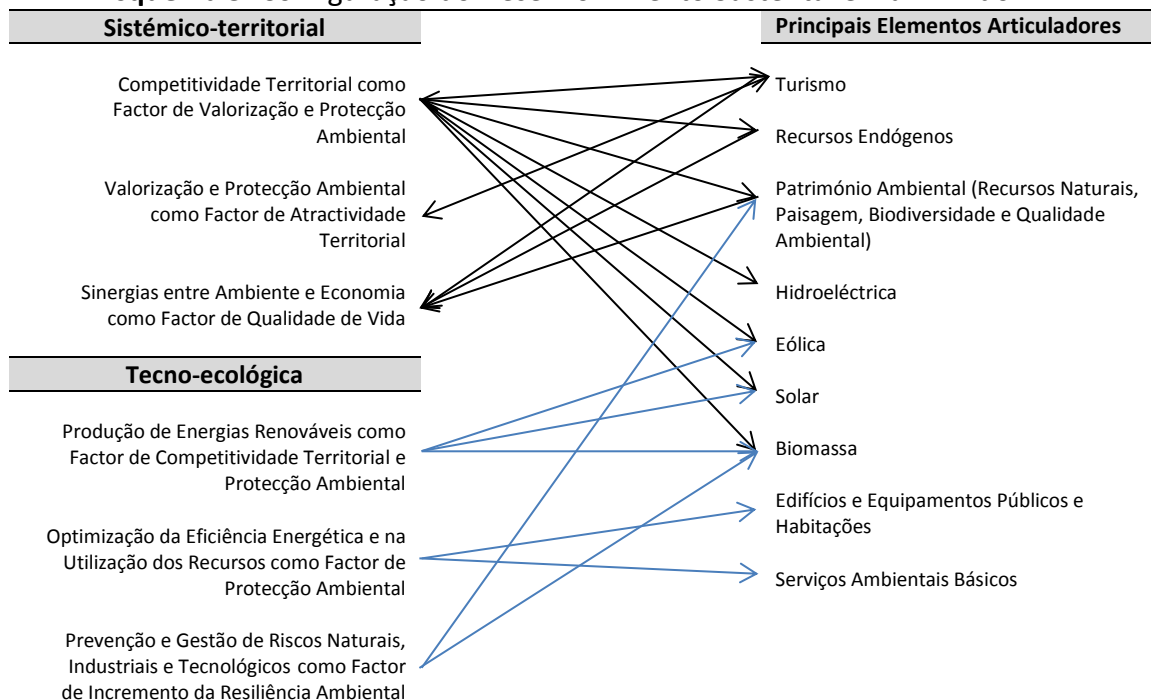
Valorização dos recursos naturais direcionada para o aumento da atratividade e projeção externa de modo a atrair visitantes e investimentos e a promover a qualidade de vida das populações. Vê na promoção do turismo (ecológico, de natureza e termal) uma via sustentável de valorizar, rentabilizar e proteger os recursos hídricos e as várias áreas protegidas (Peneda-Gerês, o Alvão-Marão, Montesinho-Nogueira e o Invernadeiro).

A produção de energias sustentáveis é associada à proteção ambiental por via da eficiência energética, mas também como fator de competitividade, propondo também medidas de otimização da eficiência energética ao nível das infraestruturas, equipamentos públicos e habitações e nos sistemas ambientais básicos. Promove ainda medidas para o uso racional da água pelas atividades agrícolas. A proteção ambiental é complementada com medidas direcionadas para a prevenção e gestão de riscos.

Combina, assim, uma abordagem sistémico-territorial com uma abordagem tecno-ecológica. Destaque para a produção de energias renováveis como elemento-ponte entre tais abordagens.

5) Ave

Esquema 5. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do AVE



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a valorização dos recursos endógenos naturais enquanto promotores de competitividade económica e proteção ambiental, definida a partir do turismo e da produção de energias renováveis como principais articuladores.

A valorização da qualidade dos recursos endógenos aparece associada, por um lado, ao aproveitamento de fontes de energias renováveis, como a hídrica, eólica, radiação solar e produção de biomassa, e por outro, a ganhos de eficiência no uso dos recursos, quer nos serviços ambientais, quer nos edifícios e equipamentos públicos e habitações.

Estabelece uma relação estrita entre “sustentabilidade ambiental e eficiência energética”, configurando, inclusive, o título de um dos objetivos estratégicos de desenvolvimento apresentados. A prevenção e gestão de riscos são apresentadas de forma complementar no âmbito das intervenções específicas.

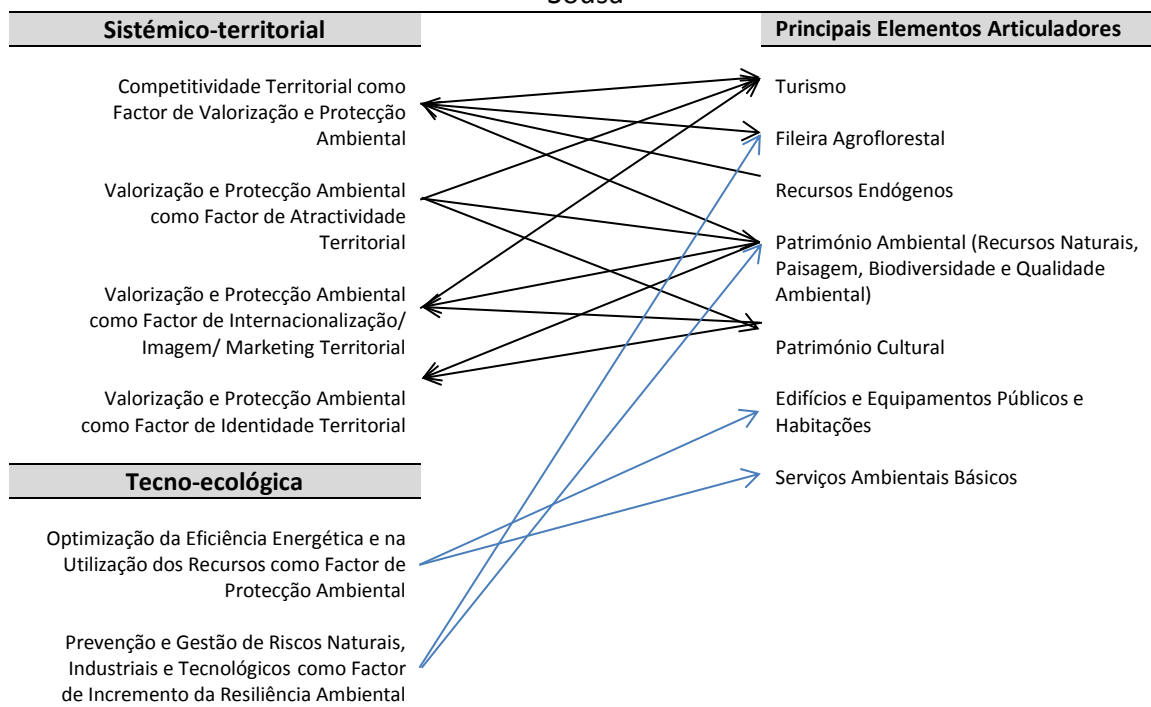
Combina, assim, uma abordagem sistémico-territorial com uma abordagem tecno-ecológica. Destaque para a produção de energias renováveis como elemento-ponte entre tais abordagens.

Ibérica) pelo seu potencial inerente às valências naturais como elementos caracterizantes da região; aproveitamento do potencial dos recursos naturais para a produção de energias renováveis, sobretudo hidroelétrica e eólica, mas também de biomassa. As energias renováveis são ainda mobilizadas como forma de responder às orientações da Estratégia Europa 2020 para a adaptação às alterações climáticas e para a sustentabilidade energética. Neste âmbito, a estratégia acrescenta intervenções para a adaptação infraestrutural de edifícios e equipamentos públicos e habitações. A prevenção e gestão de riscos naturais aparecem na estratégia sobretudo relacionadas com a exploração da fileira florestal (identificação de áreas críticas de risco de incêndio; ordenamento, cadastro e mapeamento florestal; gestão partilhada de meios de proteção civil, etc.).

Combina, assim, uma abordagem sistémico-territorial com uma abordagem tecno-ecológica. Destaque para a produção de energias renováveis como elemento-ponte entre tais abordagens.

7) Tâmega e Sousa

Esquema 7. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Tâmega e Sousa



Fonte: Dados da Pesquisa

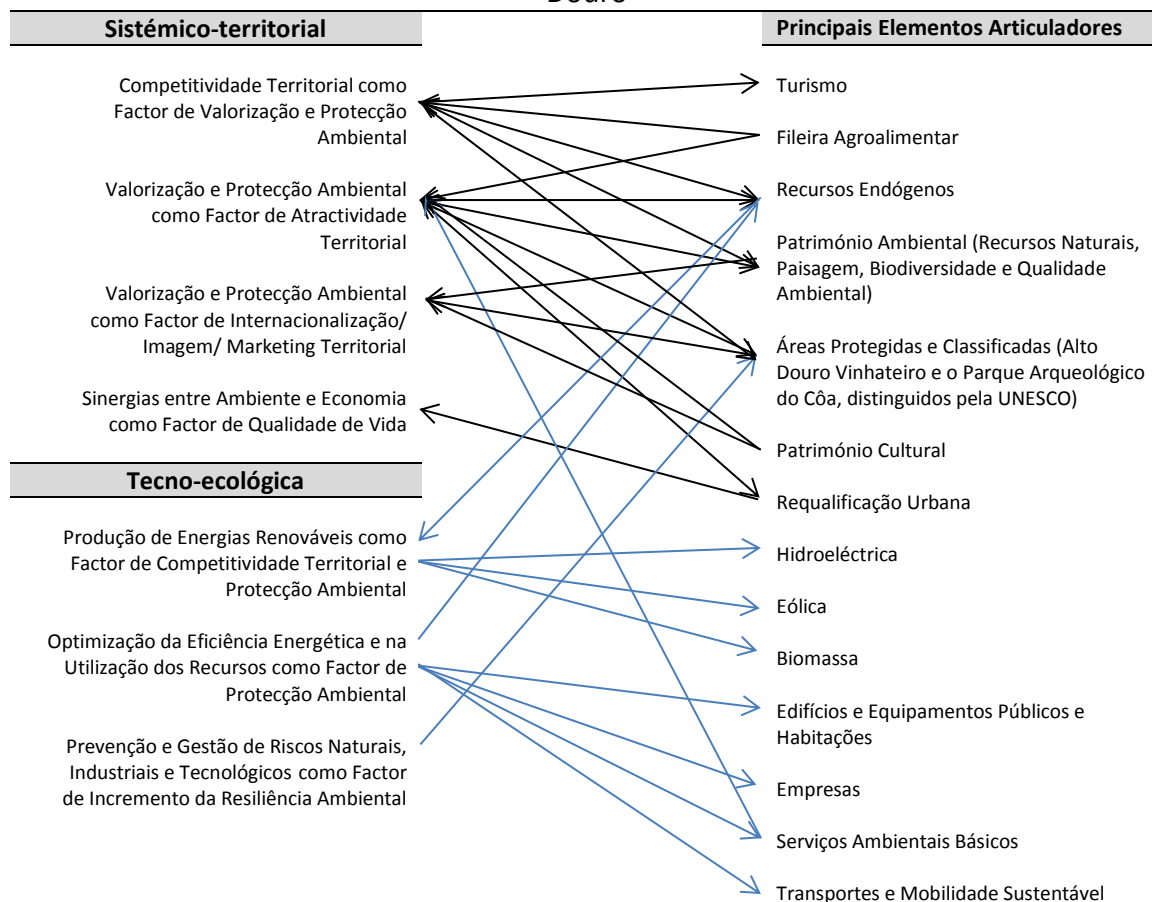
Perfil: Estratégia direcionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e proteção ambiental. Concebe aqui o turismo e a fileira agroflorestal como principais articuladores.

Tal valorização é mobilizada através de intervenções que visam melhorias nos serviços ambientais básicos (redes de água e saneamento e na recolha e tratamento de resíduos urbanos); a eficiência energética (otimização dos edifícios e equipamentos públicos, habitações sociais e frotas municipais); valorização e recuperação de espaços naturais (criação de condições para a preservação, recuperação e usufruto dos espaços naturais, com tal valorização a ser combinada com o património cultural, como potencial de atratividade turística e também da fileira agroflorestal, numa lógica de promoção de recursos endógenos); e proteção civil (criação de um programa intermunicipal de prevenção e combate a fogos florestais, mas também de investimento em equipamentos e de gestão partilhada de meios tendo em vista o combate a acidentes industriais, bem como de um programa intermunicipal de adaptação às alterações climáticas e mitigação de fenómenos meteorológicos extremos).

Sustenta-se, assim, essencialmente numa abordagem sistémico-territorial, ainda que apresente intervenções tecno-ecológicas, mas com carácter complementar.

8) Região do Douro

Esquema 8. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Região do Douro



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direccionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e proteção ambiental, definida a partir do turismo e da fileira agroflorestal como principais articuladores

Tal valorização parte dos valores ambientais, paisagísticos e culturais ímpares, nos quais se afirmam as áreas classificadas e os dois patrimónios mundiais da humanidade distinguidos pela UNESCO (O Alto Douro Vinhateiro e o Parque Arqueológico do Coa) e que potenciam a projecção de uma imagem singular da região.

Para a dinamização económica destes recursos, a estratégia reconhece a necessidade os salvaguardar, apresentando, para isso, intervenções relacionadas com o uso, ocupação e transformação do solo, com o conhecimento das espécies ameaças e a valorização da floresta e para a promoção da gestão de riscos associados a incêndios florestais. Apresenta também intervenções para o desenvolvimento e revitalização urbana, com vista ao controlo

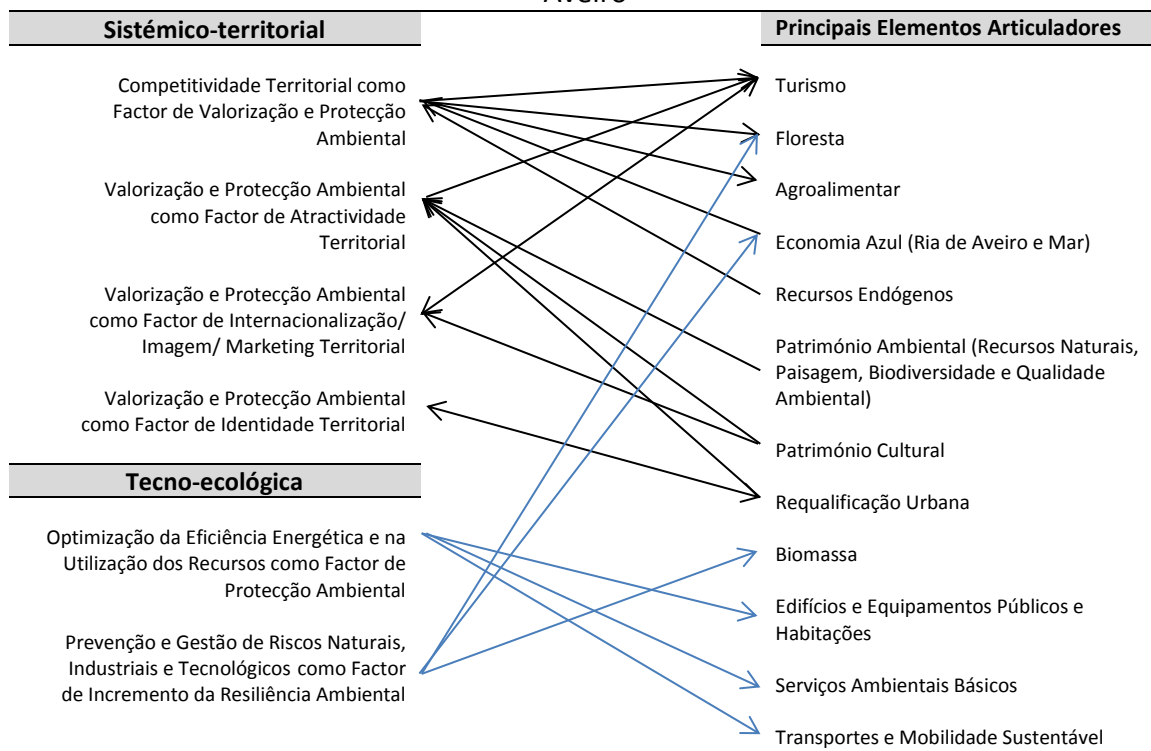
à edificação dispersa e à integração urbano-rural e à implementação de instrumentos de gestão territorial.

A proteção ambiental é ainda mobilizada por via da promoção da eficiência dos recursos energéticos, assente em intervenções que vão desde o aproveitamento do potencial dos recursos naturais para a produção de energias renováveis, nomeadamente, hidroelétrica, eólica e biomassa, passando pela otimização da eficiência energética pela utilização dos recursos edifícios e equipamentos públicos e habitações, empresas e nos serviços ambientais básicos, até à mobilidade urbana sustentável, com o duplo objetivo de racionalização de consumos e diminuir as emissões de gases com efeito estufa.

Combina, assim, uma abordagem sistémico-territorial com uma abordagem tecno-ecológica. Destaque para a produção de energias renováveis como elemento ponte entre tais abordagens.

9) Região de Aveiro

Esquema 9. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Região de Aveiro



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e proteção ambiental. Concebe o turismo, a fileira agroflorestal e a economia azul como principais articuladores.

Tal valorização passa por intervenções de proteção e reabilitação das zonas costeiras e pela regeneração dos centros urbanos, e do património natural e cultural associado, para dinamizar a atratividade do território e a sua identidade.

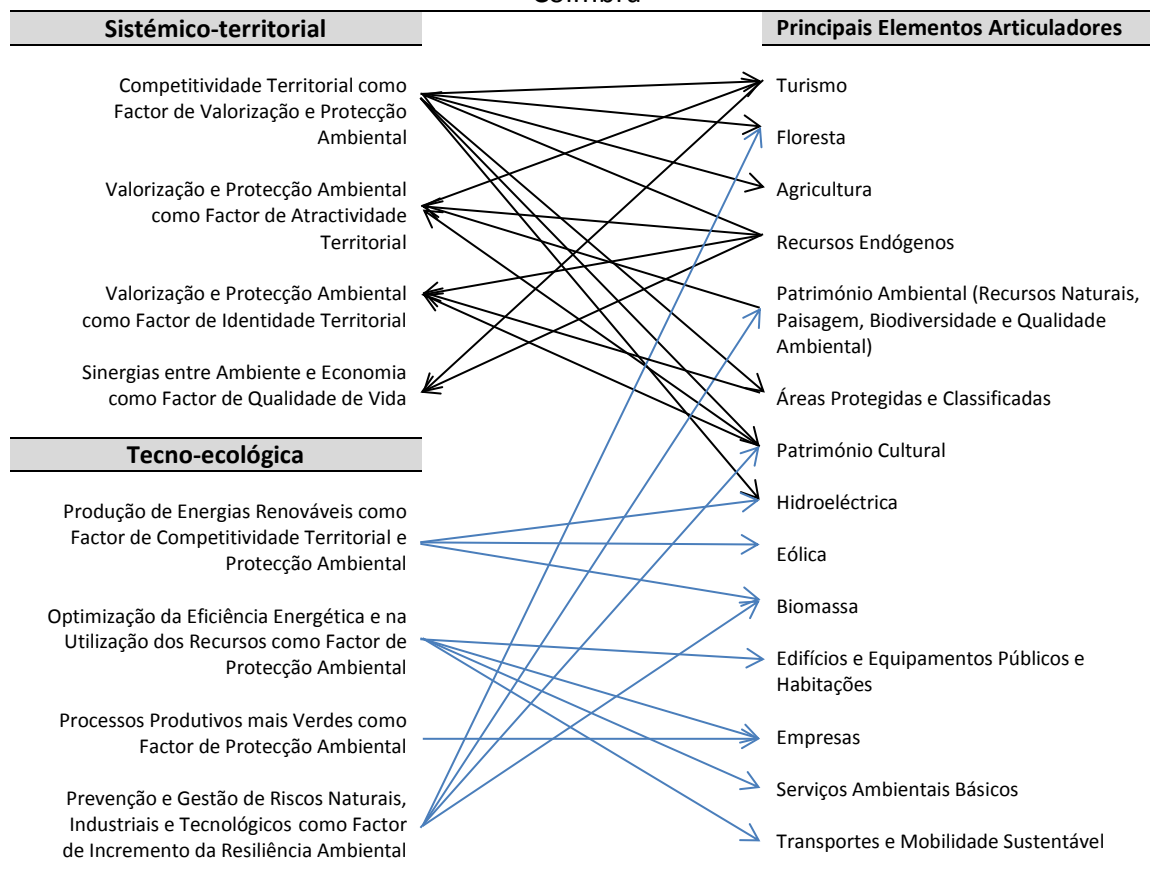
Para que a rentabilização do património ambiental não coloque em causa a sua preservação, a estratégia apresenta intervenções que visam o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional, bem como projetos que minimizem fatores de risco, em particular, na proteção da floresta e na prevenção de incêndios (ex.: valorização da biomassa) e da erosão costeira.

Apresenta ainda intervenções complementares para o uso mais racional dos recursos naturais, tais como: a criação de Política Regional de Sustentabilidade e Eficiência Energética e de uma Agência de Sustentabilidade e Competitividade; programa de sensibilização para práticas de utilização sustentável dos recursos e energia; otimização energética ao nível dos serviços ambientais básicos e dos edifícios e equipamentos públicos e habitações; bem como o desenvolvimento de projetos interinstitucionais de investigação, inovação e empresariais neste domínio;

Sustenta-se, assim, essencialmente numa abordagem sistémico-territorial, ainda que apresente intervenções tecno-ecológicas com carácter complementar.

10) Região de Coimbra

Esquema 10. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Região de Coimbra



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e proteção ambiental, definida a partir do turismo e da fileira agroflorestal como principais articuladores.

A estratégia destaca o potencial integrador do rio Mondego, da mancha florestal, das Serras da Lousã e Açor, da costa litoral, das aldeias do Xisto e do património cultural e construído da região, como uma oportunidade de dinamização da atividade económica pela atratividade e imagem de marca que configuram. Destaca ainda o potencial destes recursos para a fixação de empresas no domínio da produção e distribuição de energias renováveis, designadamente, hidroeléctrica, eólica e biomassa.

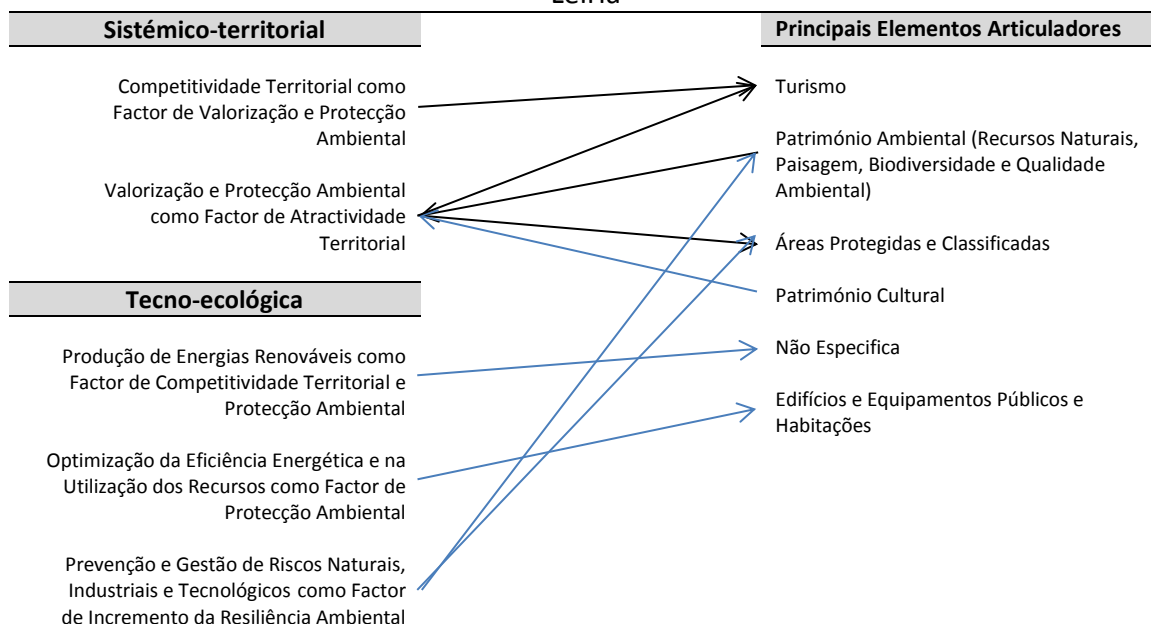
A valorização dos recursos naturais numa ótica de sustentabilidade é procurada por via de intervenções para a criação de condições para um menor consumo de recursos naturais e energéticos. Destaca-se o recurso às TIC na implementação de sistemas de gestão

inteligente da eficiência energética nos edifícios e equipamentos públicos, habitações, transportes e frotas municipais; nos serviços ambientais básicos, nas empresas e respetivos processos produtivos, e a prevenção e gestão de riscos, nomeadamente de proteção contra os incêndios, erosão da orla costeira e cheias.

Combina, assim, uma abordagem sistémico-territorial com uma abordagem tecno-ecológica. Destaque para a produção de energias renováveis como elemento ponte entre tais abordagens.

11) Região de Leiria

Esquema 11. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Região de Leiria



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direccionada para a adaptação às alterações climáticas, a partir da promoção da utilização eficiente de energias renováveis e a redução da poluição atmosférica e práticas agrícolas sustentáveis.

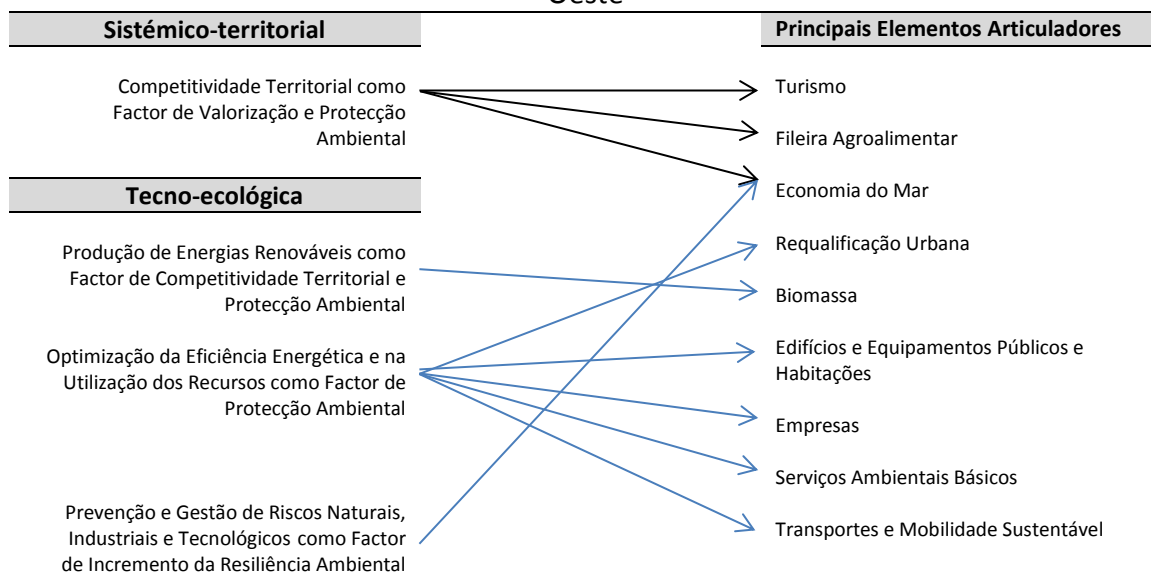
Neste sentido, apresenta intervenções como o desenvolvimento de um Programa Regional Energia Eficiente e Renovável, para o apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, com destaque para a otimização da eficiência energética e na utilização dos recursos nas infraestruturas edifícios e equipamentos públicos e habitações; e de um Programa Regional de Protecção Ambiental, onde destaca a promoção de investimentos na gestão e prevenção de riscos (incêndios e cheias).

Apresenta ainda um pequeno ponto sobre proteção, promoção e no desenvolvimento do património natural e cultural. Tal ponto é associado nas fichas de projetos à valorização turística, em particular associada ao potencial de atratividade das suas áreas protegidas e classificadas.

Sustenta-se, assim, essencialmente, numa abordagem tecno-ecológica para a promoção da preservação ambiental por via de medidas replicadas a partir das orientações da Estratégia Europa 2020.

12) Oeste

Esquema 12. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Região do Oeste



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a transição para uma economia com baixas emissões de CO2 e para a diminuição da intensidade energética.

Destacam-se, para a persecução destes objetivos, a centralidade do conceito de “cidades inteligentes” (*smart cities*) na conceção de intervenções associadas à requalificação urbana e da ocupação dos territórios, tais como: desenvolver sistemas inteligentes de gestão do espaço urbano (*living labs*); o recurso às TIC no desenvolvimento de plataformas de interface entre os cidadãos e o acesso a serviços e informação útil (ex.: transportes, desmaterialização de serviços públicos, etc.); modelos de gestão de fluxos de pessoas e mercadorias à escala da cidade e do bairro (ex.: sistemas de gestão de mobilidade, de consumos, de horários, etc.); desenvolver soluções inovadoras para a correta utilização e gestão de infraestruturas básicas

de suporte à qualidade de vida (abastecimento de água, saneamento, etc.); e desenvolver sistemas de gestão inteligentes nos edifícios e equipamentos públicos e habitações, entre outras.

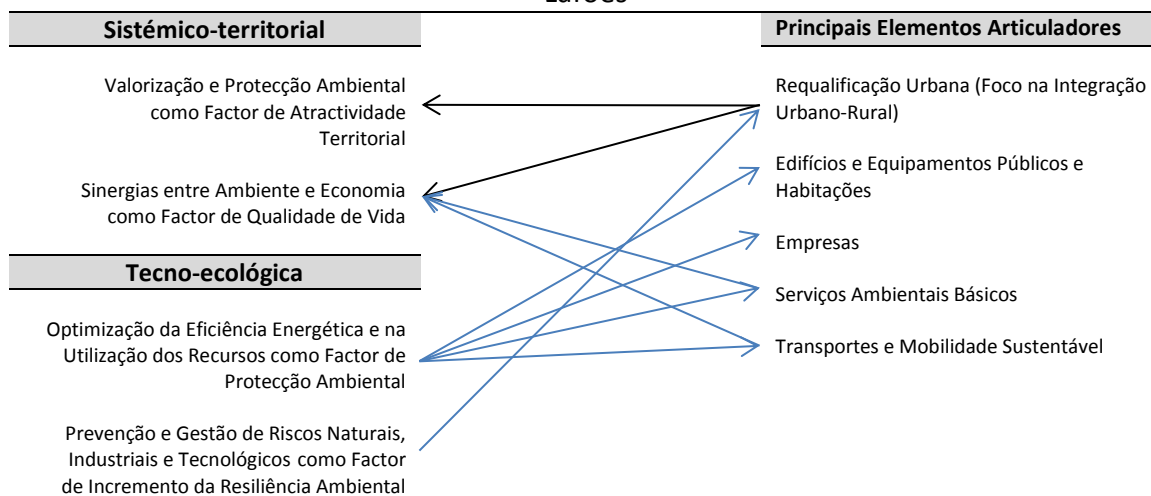
Diretamente associado a estes objetivos, a estratégia apresenta ainda intervenções para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono e utilização racional dos recursos. Nesse sentido, reconhece o potencial de valorização da diversidade de recursos naturais que a região apresenta para a promoção de uma economia regional verde, sustentada numa gestão integrada dos recursos naturais e valorização sustentável de oportunidades ligadas à tríade economia do mar, fileira agroalimentar e ao turismo.

Tal valorização é mobilizada nestes setores através de medidas que visam a sensibilização e a otimização da eficiência energética, com destaque para o desenvolvimento de novas tecnologias para processos de produção com menor pegada ecológica e para a responsabilização das empresas. Destacam-se ainda medidas que visam a previsão, alerta e resposta para prevenção de riscos naturais, como o desenvolvimento de sistemas de monitorização de planos de defesa da orla costeira.

Sustenta-se, assim, essencialmente numa abordagem tecno-ecológica para a promoção da preservação ambiental.

13) Viseu Dão e Lafões

Esquema 13. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT de Viseu Dão e Lafões



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a requalificação urbana para a promoção da qualidade de vida pela equidade no acesso aos bens e serviços em todo o território através de uma maior integração urbano-rural.

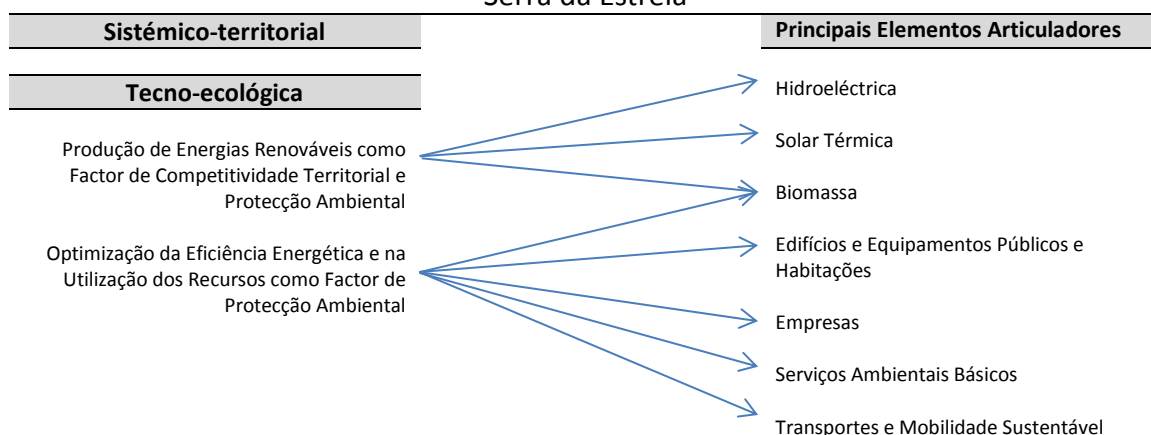
Nesse sentido, a proteção ambiental é procurada através da requalificação e regeneração das áreas urbanas e interurbanas enquanto forma de promoção de identidade e afirmação e de uma maior eficiência energética em prol da qualidade de vida.

Destacam-se intervenções que visam o melhoramento das redes de acessibilidades e da organização dos sistemas de transportes em torno de uma mobilidade sustentável; a adaptação às alterações climáticas e riscos naturais e a mitigação dos seus impactos na qualidade de vida mas também na economia da região, designadamente a prevenção de fenómenos meteorológicos extremos e, sobretudo, os incêndios florestais. Destacam-se ainda intervenções que visam promover uma economia de baixo carbono, como o uso eficiente dos recursos naturais e patrimoniais; e a otimização dos serviços ambientais básicos.

A estratégia sustenta-se, assim, numa abordagem tecno-ecológica para a promoção da preservação ambiental.

14) Beiras e Serra da Estrela

Esquema 14. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT das Beiras e Serra da Estrela



Fonte: Dados da Pesquisa

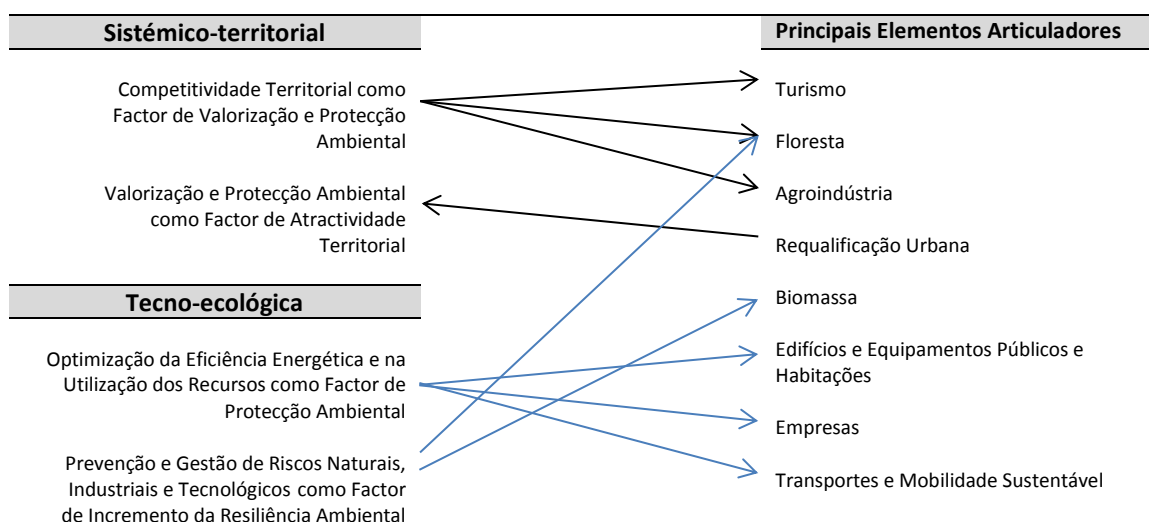
Perfil: Estratégia direcionada para a otimização da eficiência energética e na utilização dos recursos naturais.

Destacam-se intervenções como o desenvolvimento de sistemas de gestão inteligente ligadas nos edifícios e equipamentos públicos e habitações, nas empresas, e nos serviços ambientais básicos (auditorias e levantamentos energéticos; dados georreferenciados/SIG; etc.) e aos transportes e mobilidade sustentável (plano de mobilidade regional; mobilidade suave e elétrica, etc.); projetos de aproveitamento de energia hidroelétrica e de levantamento do potencial de produção de biomassa.

Sustenta-se, dessa forma, numa abordagem tecno-ecológica para a promoção da preservação ambiental.

15) Beira Baixa

Esquema 15. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Beira Baixa



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a otimização da eficiência energética e na utilização dos recursos naturais seguindo de perto as orientações da Estratégia Europa 2020.

Apesar de considerar que a fileira florestal, a agroindústria e o turismo são atividades económicas capazes de valorizar e preservar o património natural e cultural, as intervenções apresentadas direcionam-se, sobretudo, para a otimização da eficiência energética e na utilização dos recursos naturais.

Destaca-se a promoção da mobilidade inter e intra concelhia por via da intermodalidade através de redes de transportes públicos e o desenvolvimento de um plano de mobilidade regional e de planos de mobilidade urbanos; da otimização da sustentabilidade das infraestruturas edifícios e equipamentos públicos, habitações e frotas municipais; da

Perfil: Estratégia direcionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e proteção ambiental, definida a partir do turismo e da fileira florestal como principais articuladores.

A valorização económica de tais recursos sustenta-se nos seus patrimónios naturais e paisagísticos e na diversidade dos valores naturais (mancha florestal da região e do parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, as reservas do Paúl do Boquilobo e do Sítio de Sicó-Alvaiázere, os parques naturais, os rios da região, os sítios classificados, o património histórico, o Centro Geodésico de Portugal, etc.). Destacam-se ainda aqui medidas que promovam a estruturação da imagem identitária do território destes recursos como produtos turísticos através da promoção integrada destes patrimónios numa estratégia de marketing territorial.

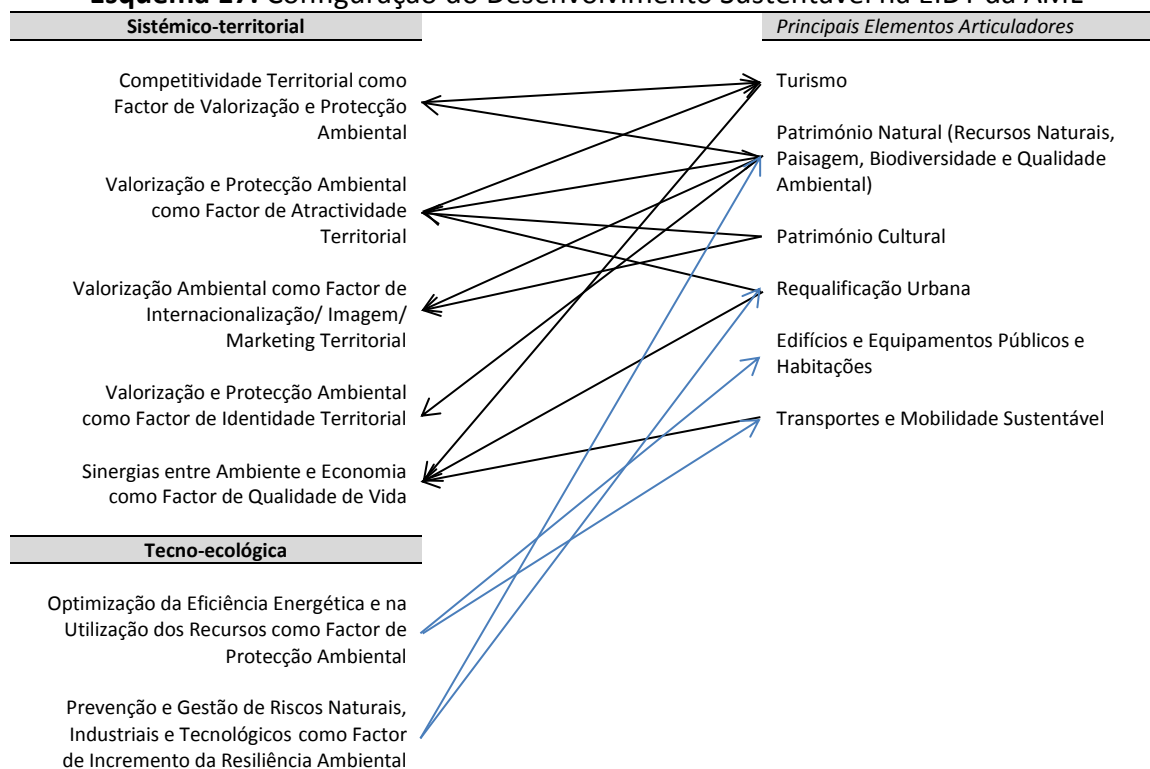
As intervenções que visam dinamizar o potencial turístico destes recursos, procurando, ao mesmo tempo, prevenir os impactes futuros do aumento esperado da pressão turística, passam por o aprofundamento da capacidade de resiliência do património natural, tais como melhorar a capacidade de resposta a fenómenos extremos; a capacitação de uma rede supramunicipal para a prevenção, mitigação e gestão de riscos múltiplos no âmbito do sistema regional de proteção civil e defesa da floresta.

A preservação ambiental passa ainda por intervenções de otimização da eficiência energética em múltiplos domínios – edifícios e equipamentos públicos e habitações, empresas, transportes e mobilidade sustentável – e o aproveitamento dos recursos para produção de energias renováveis (hidroelétrica; solar e biomassa); pela requalificação urbana; bem como dos serviços ambientais básicos. Destacam-se aqui o conceito de território e cidades inteligentes (*smart cities*) numa ótica de intervenções que visam implementar modelos de articulação de gestão de equipamentos, a uma escala efetivamente regional.

A estratégia combina, assim, uma abordagem sistémico-territorial com uma abordagem tecno-ecológica.

17) Áreas Metropolitana de Lisboa

Esquema 17. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da AML



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direccionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e protecção ambiental, definida a partir do turismo e da base ecológica como principais articuladores.

Tal valorização suporta-se nas redes do património natural e paisagístico combinadas com o binómio redes de património cultural/histórico e sistemas de lazer e diversão, numa lógica de valorização sistémica de intervenções que fomente a criação de emprego e riqueza e, por essa via, da qualidade de vida. Estas sinergias enfatizam intervenções para a projecção da valia ambiental como imagem/marketing regional e de reforço à identidade territorial.

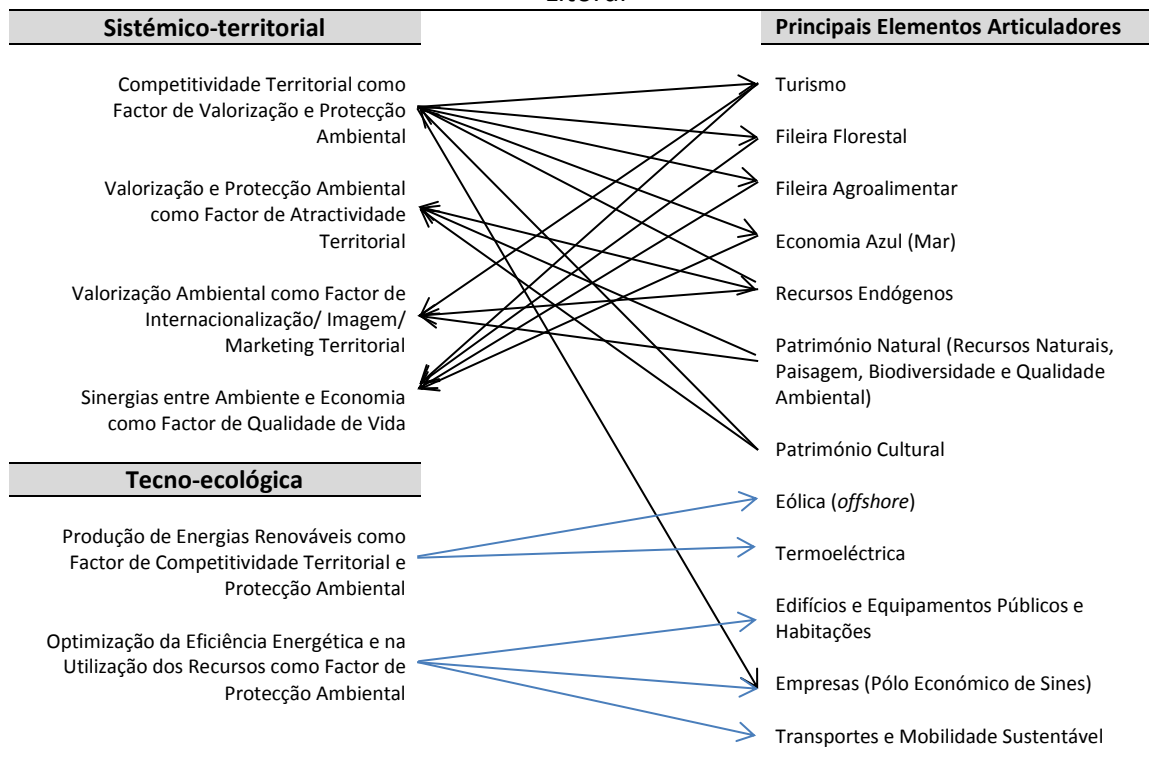
A estratégia reconhece aqui a necessidade de promover a protecção e preservação ambiental em tal valorização, destacando-se intervenções no âmbito da otimização da eficiência energética e no uso dos recursos (associadas aos edifícios e equipamentos públicos e habitações e frotas municipais (*smartgrids*) e aos transportes que privilegiem um paradigma de mobilidade sustentável; à requalificação urbana (sinergias entre regeneração urbana e protecção dos ecossistemas, ecomobilidade e rede de transportes e entre regeneração urbana e eficiência energética) concretizando uma abordagem de tangência

com as restantes medidas. Destacam-se ainda a qualificação das áreas urbanas ilegais e críticas; a reconfiguração de espaços industriais obsoletos e relocalização e realojamento das populações residentes nas Áreas Insuscetíveis de Reversão Urbanística (AIRU), que estabelecem relações com a qualidade de vida, com a vulnerabilidade aos riscos, e com questões ambientais e económicas.

Sustenta-se, assim, numa abordagem essencialmente sistémico-territorial, sobressaindo o carácter complementar das medidas tecno-ecológicas.

18) Alentejo Litoral

Esquema 18. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alentejo Litoral



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direccionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e protecção ambiental, definida a partir do turismo, da fileira floresta, agroalimentar, da economia azul e da produção de energias renováveis como principais articuladores.

Tal valorização centra-se na dinamização da proteção do património natural e cultural como fator de atratividade turística, procurando afirma-los como marca identitária da região e imagem projetada no contexto nacional e internacional.

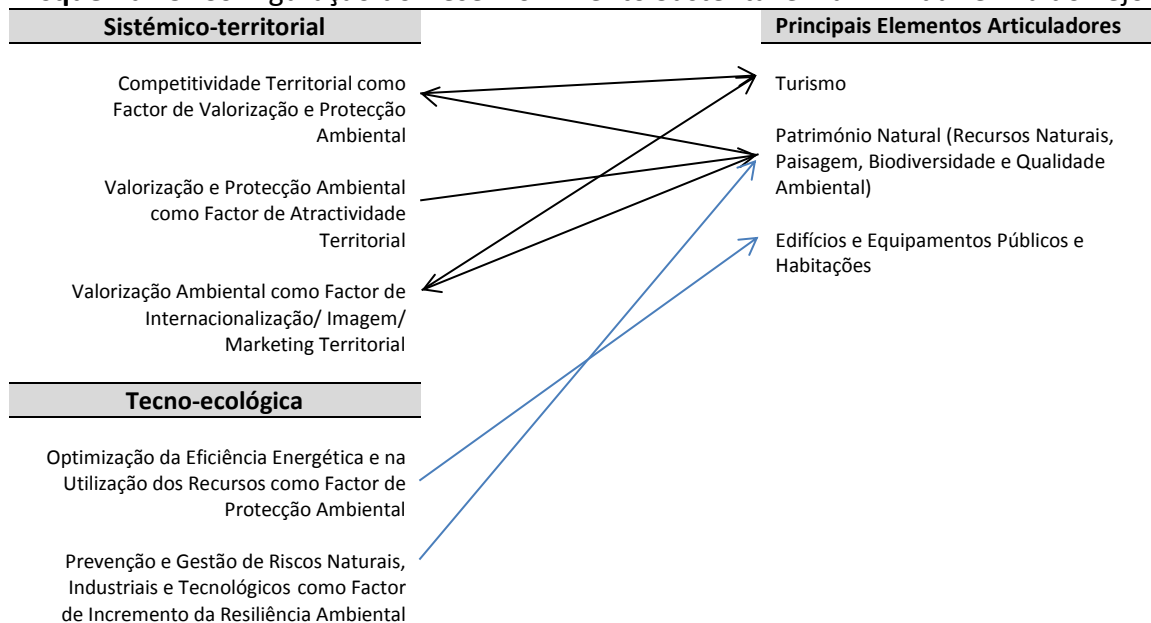
Nesse sentido, reconhece a necessidade da diminuição do peso excessivo da economia do carbono e das externalidades ambientais negativas associada ao Pólo Económico de Sines; e que a valorização dos recursos endógenos associados à fileira florestal, agroalimentar e da economia do mar, devem ter em consideração os limites que tal valorização impõe do ponto de vista ambiental.

Ao nível das intervenções, destacam-se as questões com a otimização energética nos edifícios e equipamentos públicos e habitações, nas unidades de produção das empresas e nos transportes e mobilidade.

A estratégia combina, assim, uma abordagem sistémico-territorial com uma abordagem tecno-ecológica.

19) Lezíria do Tejo¹²

Esquema 19. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT da Lezíria do Tejo



Fonte: Dados da Pesquisa

¹² É de referir que o documento da EIDT da Lezíria do Tejo não se encontra disponível na internet. Esta análise foi realizada em função de um *power point* disponibilizado no sítio da internet da CIM da Lezíria do Tejo, que carece obviamente da profundidade dos outros documentos.

Perfil: Estratégia direcionada para a transição para uma economia com baixas emissões de carbono e para a promoção da utilização racional dos recursos regionais na adaptação às alterações climáticas.

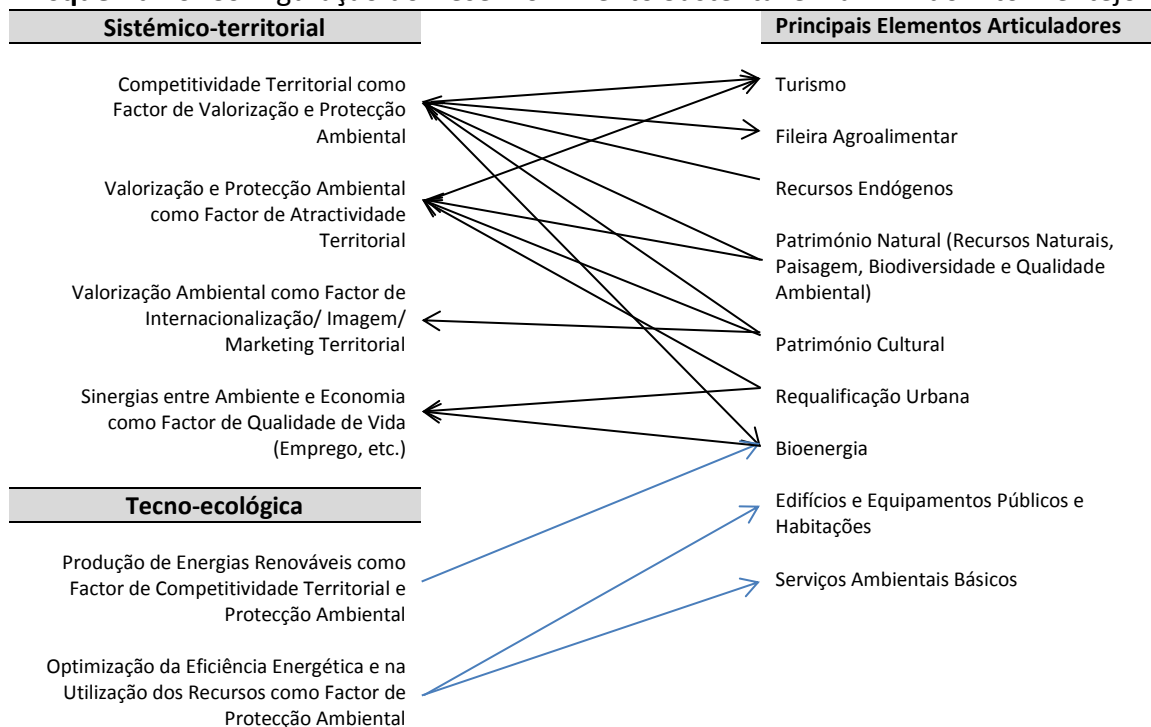
Destacam-se medidas com vista a redução do consumo de energia pela otimização dos edifícios e equipamentos públicos e habitações; e da promoção da capacidade de resposta dos serviços de proteção civil; e resposta dos instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação em situações de catástrofe em áreas como a redução do risco de incêndios florestais, cheias e inundações.

Apresenta também a valorização e preservação do património natural e cultural como forma de promover a competitividade económica e proteção ambiental por via do turismo. Tal valorização deve ser projetada como marca da região, através de ações de conservação, proteção e valorização promoção externa.

Combina, assim, uma abordagem sistémico-territorial com uma abordagem tecno-ecológica, ainda que esta última se destaque.

20) Alto Alentejo

Esquema 20. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alto Alentejo



Fonte: Dados da Pesquisa

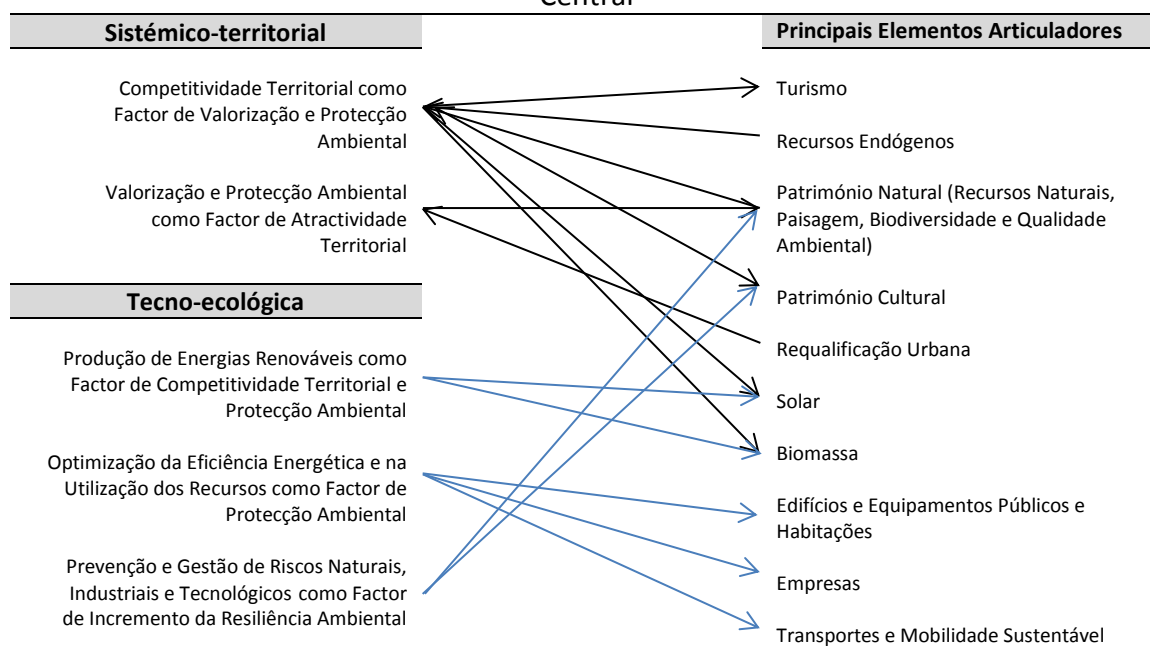
Perfil: Estratégia direcionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e protecção ambiental, definida a partir do turismo e da fileira agroalimentar como principais articuladores.

Tal valorização é procurada por via da dinamização da atratividade da região, centrando-se em intervenções de qualificação dos recursos do património natural e cultural; de aproveitamento dos recursos para a produção de energias sustentáveis, designadamente a bioenergia; de melhoria da cobertura dos serviços ambientais básicos; e de requalificação urbana, entre outras. Destaca-se ainda intervenções para a otimização da eficiência de uso de recursos no âmbito edifícios e equipamentos públicos e habitações.

Neste sentido, esta estratégia assume, sobretudo, uma abordagem sistémico-territorial.

21) Alentejo Central

Esquema 21. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Alentejo Central



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direcionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e protecção ambiental, definida a partir do turismo e a produção de energias renováveis como principais articuladores.

Sustenta-se no potencial de atratividade dos recursos ambientais como fator de competitividade económica no domínio das energias renováveis (solar e biomassa), reconhecendo as possibilidades deste setor em termos de sinergias relevantes com outras atividades económicas, como as relacionadas com a mobilidade sustentável ou a regeneração urbana. Sustentou-se ainda em tal potencial como fator de atratividade territorial, relacionando aqui com a afirmação das atividades turísticas e como meio de dinamização dos territórios de baixa densidade.

Em termos das intervenções, quer ao nível da produção de energias renováveis, quer da promoção da eficiência energética, estas aparecem associadas a medidas de reforço do autoabastecimento e à redução dos consumos nas empresas e na administração pública local através da implementação de sistemas de gestão inteligentes e de melhorias infraestruturais.

A valorização económica dos recursos endógenos é sustentada na proteção e promoção do património cultural e natural. A proteção destes recursos em tal relação, passa por medidas de capacitação institucional no reforço do sistema regional de planeamento ambiental, através de intervenções como a implementação de instrumentos de planeamento ambiental e territorial. Um outro domínio central na articulação entre as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável é o da requalificação dos centros urbanos e a dinamização de redes urbano-rural.

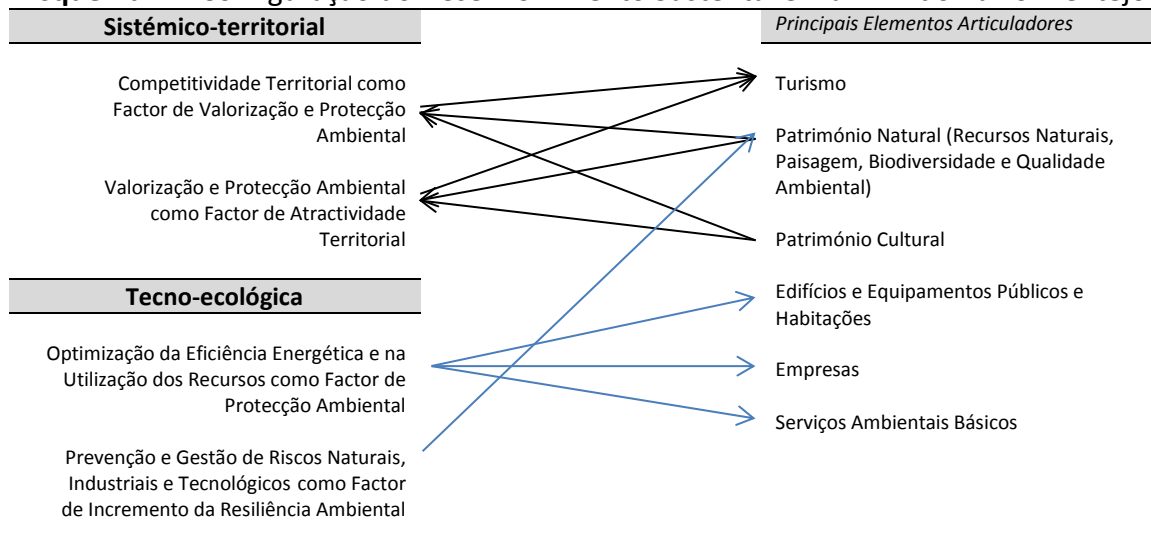
Destaca-se aqui a promoção de estruturas urbanas sustentáveis e de baixo carbono, que inclui intervenções ligadas aos transportes e mobilidade sustentável, medidas de proteção e promoção do património cultural e natural e medidas de proteção e valorização ambiental em contexto urbano, tais como a recuperação e descontaminação de zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a redução da poluição do ar e o ruído, e ainda a gestão dos recursos como a água, ar e solo.

No plano da prevenção e gestão de riscos associados à adaptação às alterações climáticas, a estratégia remete para intervenções ao nível da atualização dos instrumentos de planeamento; para o levantamento da biodiversidade e identificação das espécies com maior vulnerabilidade às alterações climáticas e alterações de habitat.

Assim, esta estratégia assume, sobretudo, uma abordagem sistémico-territorial, ainda que complementada por uma abordagem tecno-ecológica forte.

22) Baixo Alentejo

Esquema 22. Configuração do Desenvolvimento Sustentável na EIDT do Baixo Alentejo



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direccionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e protecção ambiental, definida a partir do turismo como principal articulador.

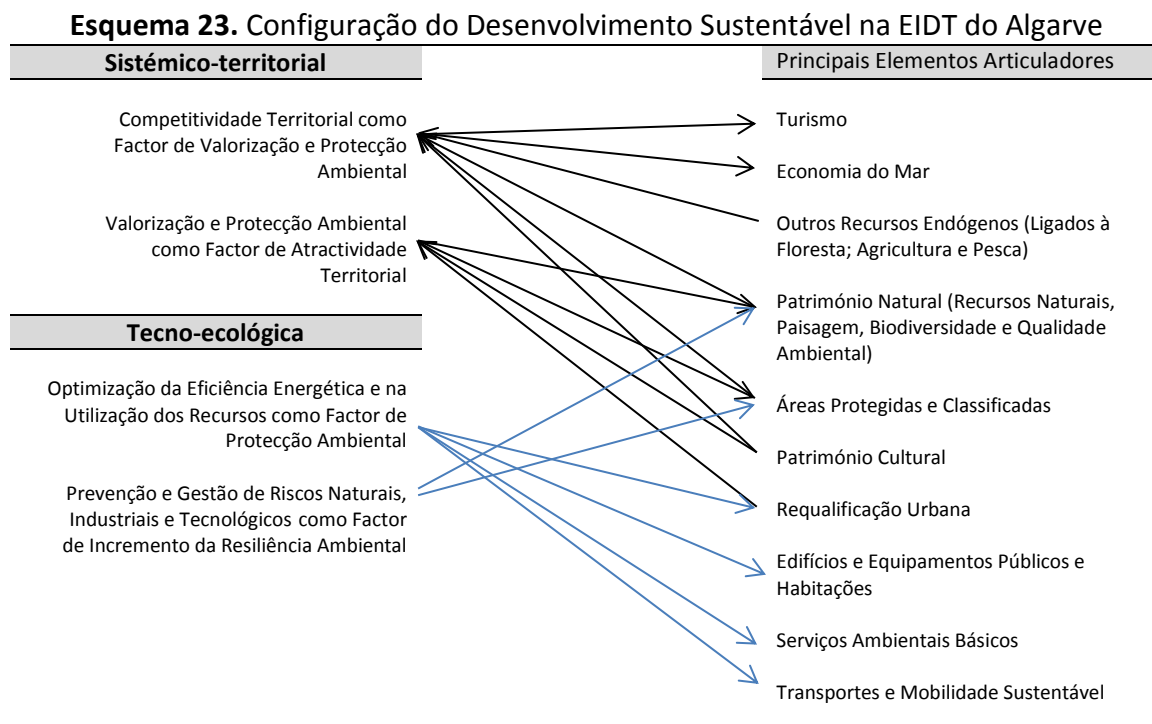
A valorização de tais recursos é apresentada a partir de intervenções que visam a valorização e rentabilização dos recursos ambientais e patrimoniais numa lógica de dinamização da atratividade e competitividade do território e intervenções que visam a protecção desses mesmos recursos em tais processos. Destacam-se aqui medidas direccionadas para melhorar e otimizar a rede de infraestruturas e serviços ambientais no ciclo urbano da água (i.e. abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais), a gestão de resíduos sólidos urbanos e a otimização do desempenho energético nos edifícios e equipamentos públicos e habitações, bem como nas empresas.

Por último, com vista o incremento da resiliência do património ambiental, a estratégia apresenta medidas de gestão e prevenção de riscos suscetíveis de contribuir para a sua degradação. Destacam-se aqui ações direccionadas a produção e disseminação de conhecimento científico e técnico disponível sobre o património ambiental da região, o

reforço da capacidade de planeamento e gestão ambiental e a implementação de projetos de intervenção ambiental.

Neste sentido, esta estratégia assume, sobretudo, uma abordagem sistémico-territorial.

23) Algarve



Fonte: Dados da Pesquisa

Perfil: Estratégia direccionada para a valorização dos recursos naturais endógenos enquanto promotores de competitividade económica e protecção ambiental, definida a partir do turismo e da economia do mar como principais articuladores.

A valorização dos recursos naturais e ambientais, culturais e patrimoniais, é particularmente significativa, por um lado, pela parcela da economia regional que a atividade turística ocupa, e por outro, pela pressão que exerce sobre as áreas ambientalmente mais sensíveis da região, sendo mesmo diagnosticadas como consequências um conjunto alargado de desequilíbrios ao nível dos modelos de ocupação e organização territorial e urbana e de sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, a estratégia reconhece que a relação entre o reforço da competitividade turística da região, e a sua sustentação no potencial atrativo do património natural e ambiental, implica tomar medidas que prevejam e salvaguardem tais impactes negativos.

Destacam-se aqui intervenções direcionadas para a requalificação dos centros urbanos e a qualificação dos sistemas ambientais e paisagísticos.

Numa lógica de responder aos desafios de sustentabilidade ambiental sinalizados pelas políticas europeias e nacionais, tais medidas foram ainda complementadas com intervenções no âmbito da ecoeficiência e da economia de baixo carbono, destacando-se a promoção do uso de fontes de energia renovável da eficiência energética nos edifícios e equipamentos públicos e habitações; diminuição da intensidade energética e carbónica das áreas urbanas ambientalmente mais degradadas, incluindo soluções de mobilidade e intermodalidade sustentável (intermodalidade e mobilidade suave); e modernização e otimização das redes dos serviços ambientais básicos; entre outras.

Ainda em função de “maximizar territorial e ambientalmente os recursos provenientes do Fundo de Coesão”, a estratégia procurou adequar os recursos financeiros disponibilizados a uma série de problemas ambientais que se têm revelado persistentes (tais como a degradação das arribas e falésias costeiras, das zonas do litoral, da desertificação dos solos, das características do coberto florestal, da crescente degradação ambiental dos rios).

No mesmo sentido, refere também os ecossistemas específicos, quer associados à Rede Natura 2000, quer inscritos na Rede Nacional de Áreas Protegidas, e ao nível do património ambiental terrestre e marinho, que face à sua riqueza e potencial de melhoria da imagem da região, exige uma ação integrada e concertada entre os diversos agentes territoriais, bem como a sua monitorização. Destacam-se aqui medidas de incremento da resiliência destes recursos, nomeadamente, através de ações com vista a prevenção de riscos naturais.

Assume, assim, sobretudo, uma abordagem sistémico-territorial.

6. Discussão dos Resultados

Ao analisar a mobilização do desenvolvimento sustentável em função das configurações que resultaram dos indicadores considerados no conjunto das 23 EIDTs (Quadro 5.), aferiu-se que tal mobilização apresenta um padrão de dupla hélix entre: (1) medidas que relacionam valorização/proteção ambiental com rentabilização económica; e (2) medidas de mitigação dos problemas ambientais e de incremento da resiliência socioambiental. Tal processo pode ser caracterizado pelas categorias de análise:

(1) Para a categoria sistémico-territorial, verificou-se que:

- no relacionamento entre competitividade económica e sustentabilidade ambiental, o turismo aparece como principal elemento articulador, seguido pela fileira agrícola e alimentar, a fileira florestal e a economia azul (água, rios e mar);
- a relação inversa (ambiente-economia) é, sobretudo, função da atratividade que o património natural e, especialmente, das áreas protegidas e classificadas, em sinergia com o património cultural, restantes recursos endógenos e requalificação urbana, pode dinamizar numa ótica de captação de residentes, visitantes e empresas;
- é também função da imagem regional que tal qualidade ambiental pode projetar interna e exteriormente (dinamizado como estratégia de marketing territorial e como fator de internacionalização);
- estas sinergias são ainda mobilizadas em relação com uma dimensão social como fator de reforço da identidade/coesão territorial/regional;
- e como fator de qualidade de vida (ex.: criação de emprego; produção de riqueza; acesso aos Serviços de Interesse Geral, etc.)

(2) No que se refere à categoria tecno-ecológica, verificou-se que:

- a produção de energias renováveis é mobilizada como fator de competitividade económica e proteção ambiental, destacando-se a produção de energia hidroelétrica e eólica, e de forma complementar, a biomassa e solar, sobretudo, nas regiões interior norte e centro do país;

- a otimização da eficiência energética (principalmente em função da implementação de sistemas de gestão inteligentes/*smartgrids* e auditorias energéticas) e na utilização dos recursos, como fator de mitigação dos problemas ambientais, mormente, associadas à modernização dos edifícios e equipamentos públicos e habitação, mas também às empresas, infraestruturas e serviços ambientais básicos e aos transportes e mobilidade sustentável. Estas medidas aparecem sobretudo num quadro de redução das emissões de CO₂;
- ainda para as empresas, o incentivo a mudanças para processos produtivos mais “verdes”, designadamente, para a aposta em soluções tecnológicas inovadoras a serem desenvolvidas em parceria com as Universidades; e
- por último, a prevenção e gestão de riscos naturais, industriais e tecnológicos, como medida maioritariamente complementar de incremento da resiliência socioambiental num quadro de adaptação às alterações climáticas.

Coincidindo com as duas categorias descritas, o padrão desta dupla hélix de mobilização, permitiu inferir os seguintes modelos:

- 1) um modelo que evidencia a lógica do princípio da coesão territorial na elaboração das estratégias e metodologias; em que a sustentabilidade do capital ambiental é mobilizada como centralidade do desenvolvimento territorial desejado; remetendo para as possibilidades de sinergia entre economia, ambiente e sociedade a partir do seu carácter distintivo, da sua atratividade e potencial de projetar e afirmar a região de forma ascendente (*bottom up*);

(casos: Tâmega e Sousa; Região de Aveiro; AML; Alto Alentejo; Baixo Alentejo; e Algarve)
- 2) um outro modelo que evidencia a lógica de uma modernização ecológica; sobressaindo uma asserção estrita (*top down*) das orientações e metodologias da Estratégia Europa 2020 para o Crescimento Sustentável; com o enfoque a ser colocado nas soluções tecnológicas para a transição para uma economia com baixas emissões de carbono; e na otimização da eficiência na produção de energia e utilização dos recursos e na prevenção e gestão dos riscos como forma de mitigar as alterações climáticas;

(casos: Cávado; AMP; Região de Leiria; Oeste; Viseu Dão e Lafões; Beiras e Serra da Estrela; e Beira Baixa)

- 3) e um terceiro modelo, híbrido entre os dois primeiros; em que se destaca a mobilização da produção de energias renováveis (enquanto fileira económica) como forma de fazer a ponte coerente entre medidas de valorização/rentabilização e preservação com os recursos endógenos naturais e medidas para a transição para uma economia hipocarbónica; mas que também destaca uma forma menos coerente em que alguma EIDTs apesar de adotarem uma visão e objetivos que remetem para a lógica da coesão territorial, acabam por circunscrever as suas intervenções propostas nas fichas de projeto a ações que remetem para uma modernização ecológica.

(casos: Alto Minho; Alto Tâmega; Ave; Terras de Trás-os-Montes; Douro; Região de Coimbra; Lezíria do Tejo; Médio Tejo; Alentejo Litoral; e Alentejo Central)

Sobre o modelo que evidencia a lógica do princípio da coesão territorial, podemos concluir que a mobilização seguida expressa, sobretudo, uma relação circular e positiva entre a dinamização do turismo e o desenvolvimento ambiental e socioeconómico. Isto porque tal relação remete para a gestão do território/região enquanto destino turístico, levando a introduzir medidas para equilibrar a sustentabilidade dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, definidas em função da consciência de possíveis incompatibilidades subjacentes entre objetivos de desenvolvimento e sustentabilidade.

Nesse sentido, as medidas direcionadas para o aumento da capacidade de atração turística estão fortemente dependentes das medidas que aumentem a capacidade de potencializar as características ambientais endógenas remetendo, quer para promoção de sinergias com a preservação/valorização ambiental, com o património cultural, com os restantes recursos endógenos e com a requalificação urbana, quer para dinamizar a imagem e a identidade do território e a qualidade de vida da região. Um exemplo disto são medidas que procuram promover atividades turísticas que não se sobreponham às condições do território, com pressões ambientais e culturais que não possam ser suportadas (ex.: turismo de natureza, sol e mar, de aventura, etc.).

Quanto ao modelo que evidencia a lógica de uma modernização ecológica, podemos dizer que a mobilização é claramente definida em função das medidas elaboradas pelos níveis

territoriais acima (PO Regionais; Portugal 2020; e Estratégia Europa 2020), sendo uma explicação possível, tal asserção ser entendida como uma forma de maximizar as possibilidades de projetos a serem financiados.

Ainda que tais medidas de modernização ecológica sejam mobilizadas pela maioria das EIDTs, há uma certa tendência para que sejam as regiões com maiores carências ao nível dos serviços ambientais básicos a adotar esta lógica, sendo que são também estas as que mais necessidades têm de conseguir financiamento. Isto contraria, de certa forma, os resultados do estudo de Argüelles e Benavides (2014) de que seriam as regiões mais desenvolvidas a seguir mais de perto uma modernização ecológica, ainda que, como explicado, as razões aqui não tenham que ver intrinsecamente com o carácter de tal estratégia.

A grande diferença entre a presença destas medidas no modelo que subscreve a lógica do princípio da coesão territorial e este segundo modelo, é que o primeiro configura, de facto, uma estratégia de mobilização do desenvolvimento sustentável (*bottom up*) elaborada a partir de um quadro estratégico-territorial, enquanto o segundo, se limita a uma asserção *top down* das orientações europeias que acaba por constringer a adequação das medidas ao diagnóstico territorial. Veja-se o exemplo da AMP ao reconhecer que: “na adoção como Objetivos Estratégicos para a AMP os Objetivos Temáticos definidos pela União Europeia para o próximo ciclo de programação dos fundos estruturais, decisão que, não obstante condicionar a estratégia, garante a coerência com a Estratégia Europa 2020 ampliando as possibilidades de financiamento das intervenções propostas” (AMP 2020, 2014, p. 22).

Assim, o que aqui parece estar em causa, não é o carácter mais ou menos adequado das medidas para uma modernização ecológica (até porque estas, tal qual foram mobilizadas nas EIDTs, têm um carácter complementar perfeitamente compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável), mas sim a metodologia da programação em cascata que parece condicionar algumas EIDTs a uma asserção vertical/de cima para baixo das medidas da UE, em função da maximização das possibilidades de financiamento¹³. Isto é também óbvio no modelo híbrido, em que, como já referido, algumas das EIDTs, adotam uma visão e objetivos que remetem para a lógica da coesão territorial acabando, no entanto, por

¹³ Isto coloca um cenário em que pode acontecer uma EI, sem qualquer estratégia, por apresentar mais intervenções que subscrevem a programação em cascata, ser financiada, e uma outra EI, com uma boa estratégia, mas sem intervenções deste tipo, não obter qualquer financiamento.

circunscrever as suas intervenções a projetos que remetem para uma modernização ecológica. Um exemplo disto são medidas para a otimização da eficiência energética por via da implementação de sistemas de gestão inteligentes/*smartgrids* e auditorias energéticas associadas à modernização dos edifícios e equipamentos públicos e habitação, mas também às empresas, infraestruturas e serviços ambientais básicos e aos transportes e mobilidade sustentável.

Figura 3. Mapeamento dos Modelos de Desenvolvimento Sustentável Adotados por Região



Neste sentido, tais modelos traduzem, desde logo, retóricas e práticas políticas dissonantes que, por sua vez, remetem para vários cenários e problemáticas/leituras possíveis. Tal qual está planeado nas EIDTs, e dado que estamos a falar de estratégias, um primeiro cenário parece ser o que resulta do mapeamento destes 3 modelos (Figura 3.). A leitura deste mapa em função dos outros níveis territoriais revela aparentemente um *cenário descoordenado*, quer ao nível nacional, quer das regiões-plano (NUTS II), e que se relaciona com outras leituras que têm claras implicações no quadro da programação em cascata europeia. Uma delas é a direção do processo de regionalização em Portugal, levantando interrogações como qual o papel das AMs e CIMs em tal processo? ou, qual a relação entre as EIDTs com a municipalização e as regiões-plano? e, até que ponto estas entidades em cascata se podem confundir no futuro num sistema integrado de desenvolvimento nacional e europeu? Estas são algumas das questões que decorrem de territórios que, ao nível europeu, se esperam de políticas (*place base policies*), mas que, na prática, nem sequer configuram territórios políticos. Este é o caso das AMs e CIMs que apesar de terem visto o seu estatuto de regiões administrativas consolidado com a Lei 75/2013, não tem legitimidade política direta uma vez que não tem governos eleitos por sufrágio universal.

Quanto às inferências que daqui se podem retirar para a governança da sustentabilidade, ainda que as EIDTs tivessem sido elaboradas em processos de governança (a montante) que envolveram os vários atores territoriais, estas problemáticas (que no fundo são mais amplas) levantam questões que são sérios constrangimentos à capacidade de se exercer uma governança multinível efetiva¹⁴ em termos da estratégia resultante. Ou seja, pelo que já foi dito, não é claro que tais estratégias sirvam realmente outro propósito que não o do financiamento. Nesse sentido, não só fica em causa a possibilidade destas estratégias incluírem nas suas intervenções uma perceção alargada dos limites que são aceitáveis nas sinergias e *trade-offs* entre os diferentes capitais territoriais, como os mecanismos de controlo e regulação de interesses individuais que tal envolvimento alargado possibilitaria deixam de existir. Isto impossibilita, à partida, uma qualquer abordagem “forte” à

¹⁴ A construção destas estratégias como um processo invisível (de bastidores), que não permite, por isso, reflexividade (e *accountability*). Deste modo os ganhos não serão coletivos, mas em função de interesses individualizados. Os cientistas sociais deveriam aqui poder acompanhar a elaboração destas estratégias como observadores.

sustentabilidade, independentemente do quadro normativo da UE ser o do desenvolvimento sustentável ou o da modernização ecológica.

Ora, como o mapa que apresentamos é uma realidade dinâmica, é natural que haja na prática uma aproximação destas regiões através de processos de reflexividade. Desse modo, cada um dos 3 modelos configura um cenário alternativo possível, na medida em que este mapa do país pode tender para se aproximar a qualquer um dos três conjuntos de lógicas identificadas (tais modelos poderiam ainda ser complexificados em função do peso de cada região). A verdade é que o modelo desejado é o que segue a lógica da coesão territorial, sendo o que, num quadro do policentrismo europeu, mais beneficia as regiões menos desenvolvidas e uma abordagem integrada ao desenvolvimento entre dos diferentes níveis territoriais. Desse modo, os modelos/cenários aqui apresentados configuram estratégias sínteses que podem servir para tentar prever, e em conformidade, apresentar orientações para a programação pós-2020. Propõem-se, assim, os seguintes cenários e respetivas recomendações:

Cenário 1.: Este cenário corresponde ao mapa tal qual está planeado nas EIDTs e representa uma mobilização do desenvolvimento sustentável descoordenada e pouco coerente ao nível nacional e das regiões plano. As lógicas de mobilização subjacentes, ainda que possam evidenciar um processo de *experimentação-ajustamento-aprendizagem*, são condicionadas pela necessidade de maximizar as oportunidades de financiamento comunitário. Tal significa que os processos de governança multinível a montante das EIDTs acabam por ser estrangidos e esvaziados a jusante por intervenções que seguem uma lógica de asserção *top down* e que a realidade do território (desafios e oportunidades) passa a ter pouca importância, servindo apenas como retórica para legitimar o financiamento.

Este cenário pode funcionar para maximizar possibilidades de projetos financiados, mas não beneficia a coerência e eficiência das intervenções na aplicação dos fundos. Isto condiciona uma governança multinível efetiva e conseqüentemente um desenvolvimento integrado ao nível nacional e europeu. Tem ainda claras implicações ao nível da governança da sustentabilidade, impossibilitando uma qualquer abordagem “forte”.

Cenário 2.: Este mapa do país pode tender para se aproximar ao conjunto de regiões que subscrevem a lógica de uma modernização ecológica. O resultado seria um país que aposta

fortemente nas soluções tecnológicas e na ecoeficiência, dando-se, ao mesmo tempo, um aprofundamento dos condicionamentos do primeiro cenário. Isto configuraria um modelo de desenvolvimento que poria em causa uma abordagem integrada do território e de qualquer possibilidade de projeção *bottom up* no quadro do modelo europeu implícito ao paradigma da coesão territorial.

Cenário 3.: Este mapa do país pode tender para se aproximar ao conjunto de regiões que subscrevem lógicas híbridas. A coerência das intervenções seria aqui possível, em particular, pela mobilização da produção de energias renováveis enquanto fator de desenvolvimento. No entanto, este cenário facilmente potenciaria que algumas EIDTs apresentassem retóricas e práticas dissonantes entre o diagnóstico territorial, a visão, estratégias e objetivos e as intervenções ao nível dos projetos.

Cenário 4.: Este mapa do país pode tender para se aproximar ao conjunto de regiões que subscrevem a lógica da coesão territorial. O desenvolvimento sustentável seria aqui mobilizado a partir de um quadro estratégico-territorial negociado entre os diversos atores dos vários níveis territoriais em função das heterogeneidades do território, apresentando intervenções coerentes com tal quadro. Este cenário possibilitaria uma mobilização (*bottom up*) do ambiente como fator de desenvolvimento territorial sujeito a critérios de sustentabilidade decorrentes dos processos de governança na sua definição (*place based e people based policies*). As medidas tecno-ecológicas seriam aqui mobilizadas de forma complementar. Tal cenário subscreveria e contribuiria para o modelo de desenvolvimento europeu desejado.

Independentemente dos modelos preconizados e das lógicas subjacentes há que referir que o ambiente assume nas EIDTs um papel central no desenvolvimento territorial. Os cenários esboçados servem aqui apenas como formas de ler processos e práticas políticas em *experimentação-ajustamento-aprendizagem* que, por sua vez, refletem um processo mais amplo de transformação social, política e institucional que não se encontra ainda fechado (e porventura, nunca se encontrará). Em termos sociológicos, tal questão é relevante no quadro dos debates sobre modernidade tardia ou, de forma mais precisa, sobre as várias formas que esta tem vindo a assumir. Aqui, a reflexividade sobre as preocupações ambientais evidencia a sustentabilidade ambiental como uma das novas narrativas da modernidade. Assim, no quadro das mudanças político-institucionais em curso, mais do que

evidenciar os aspetos negativos destas lógicas que resultaram das EIDTs, é necessário salientar que estas são manifestações de um modelo de organização socioeconómico e político em transformação, de hibridismo entre mundivisões em transição e tradução, quer entre novos níveis políticos, quer entre novos atores e formas de fazer política. Por outro lado, é necessário referir que tais mudanças comportam efeitos secundários positivos (de reestruturação política), difíceis de delimitar, mas que, de facto, estão a transformar as mundivisões sobre a relação entre modernidade e ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade.

7. Considerações Finais

Esta pesquisa pretendeu analisar as configurações operacionais de desenvolvimento sustentável que resultaram das primeiras EIDTs elaboradas em Portugal para o Ciclo de Programação Comunitário 2014-2020. Procurando sistematizar as perspetivas teóricas mais relevantes para tal objetivo, a literatura sobre desenvolvimento regional sustentável evidenciou dois contributos centrais desta investigação.

Em primeiro lugar, a existência de várias perspetivas com versões opostas sobre possibilidades operativas para a mobilização do desenvolvimento sustentável implica novos arranjos de políticas que envolvam uma participação alargada nos processos de decisão para que a sustentabilidade ambiental seja possível enquanto interesse coletivo. O contributo desta investigação foi aqui o de analisar um conjunto de novas práticas políticas (as EIDTs) que reflete todo um processo de negociação cruzada entre as prioridades e interesses dos vários atores dos diversos níveis territoriais entre Portugal e a UE, apresentando 23 perfis regionais de mobilização do desenvolvimento sustentável que resultaram destes novos arranjos.

Em segundo lugar, a literatura evidencia que adoção do desenvolvimento sustentável na UE foi paralela a várias outras mudanças sociais, políticas e institucionais que levaram à integração dos seus princípios na política regional europeia. Aqui, uma Europa policêntrica como modelo de desenvolvimento desejado, e a adoção da coesão territorial como princípio para a sua persecução, traduziu-se em novas exigências em termos da coerência, eficácia e eficiência da aplicação dos fundos pelos Estados-Membros. Dado que as EIDTs configuram

um novo instrumento de políticas públicas dentro deste quadro, o contributo desta pesquisa foi também o de identificar as lógicas dos modelos de desenvolvimento sustentável preconizadas por estas estratégias, procurando discutir cenários de evolução da governança da sustentabilidade daí decorrentes face ao contexto nacional e europeu.

Sustentando-nos metodologicamente na análise de conteúdo às 23 EIDTs, procuramos traduzir conceptualmente a mobilização do desenvolvimento sustentável a partir dos elementos pelos quais tais práticas políticas, cruzando orientações politico-normativas (Estratégia Europa 2020 e Política de Coesão) e o diagnóstico territorial, procuraram relacionar uma dimensão ambiental, económica e social, de modo a criar uma estratégia integrada no território.

Os resultados desta pesquisa levaram-nos a concluir que o desenvolvimento sustentável foi mobilizado em função de um processo de dupla hélix entre elementos que articulam valorização/proteção ambiental com rentabilização económica e elementos que articulam medidas de mitigação dos problemas ambientais com o incremento da resiliência socioambiental. Tal processo substancia as duas grandes categorias que consideramos na nossa análise: i.) uma sistémico-territorial, em que o foco foi colocado em relações de sinergia e interdependência, tendo no turismo o principal elemento articulador entre o desenvolvimento socioeconómico e ambiental; e ii.) outra tecno-ecológica, em que o foco foi colocado em soluções tecnologias para a ecoeficiência.

As configurações que resultaram das articulações entre os indicadores destas categorias, permitiram-nos inferir 3 modelos: um a.) modelo que evidencia a lógica do princípio da coesão territorial na elaboração das estratégias e metodologias (em que a sustentabilidade do capital ambiental é mobilizada como centralidade do desenvolvimento territorial remetendo para as possibilidades de sinergia entre economia e ambiente a partir do seu carácter distintivo, da sua atratividade e potencial de projetar e afirmar a região de forma *bottom up*); um outro b.) modelo que evidencia a lógica da modernização ecológica (sobressaindo neste caso uma asserção estrita, *top down*, das medidas da Estratégia Europa 2020 para o Crescimento Sustentável, com o enfoque a ser colocado na transição para uma economia com baixas emissões de carbono e na otimização da eficiência na produção de energia e utilização dos recursos e na prevenção e gestão dos riscos como forma de mitigar as alterações climáticas); e um c.) terceiro modelo, híbrido entre os dois primeiros. Não

obstante estes modelos, percebeu-se também que todas as EIDTs acabam por procurar incluir nas suas intervenções, medidas apresentadas na programação elaborada pelos níveis territoriais acima em função de maximizar as possibilidades de obtenção de financiamento. Partindo do questionamento desta lógica de fundo, e problemáticas decorrentes, esta dissertação procurou ainda contribuir com a apresentação de cenários de evolução da governança da sustentabilidade, e respetivas recomendações, para melhores políticas públicas num quadro multinível, mas também para a discussão e disseminação científica que ligue a ciência às políticas públicas e que possibilite a discussão pelo cidadão comum.

A complexidade da realidade analisada, tratando-se as EIDTs de documentos que tem subjacente uma abordagem de desenvolvimento integrada, configurou a principal limitação a esta pesquisa, resultado da dificuldade consciente de categorizar relações num objeto de estudo que tem um carácter multidimensional, acabando por configurar um exercício redutor de tal realidade. Deve-se referir também que os documentos disponíveis das EIDTs da CIM do Médio Tejo e da CIM da Lezíria do Tejo não se apresentavam completos.

Por fim, este estudo abre vários caminhos de pesquisa, a saber: a.) confirmar, ou não, as inferências de uma lógica de fundo nas EIDTs que visa a maximização dos projetos financiados como o principal fator na definição das medidas de intervenção; b.) analisar a questão das retóricas e práticas dissonantes em função da comparação entre o que são as estratégias apresentadas nas EIDTs com o que são as intervenções definidas ao nível das fichas de projeto; c.) desenvolver ferramentas metodológicas que permitam avaliar o sucesso das estratégias definidas em função da lógica do modelo de desenvolvimento sustentável subjacente por região; e d.) desenvolver a relação entre tais modelos de desenvolvimento e a governança da sustentabilidade, em particular, no que aos processos de participação horizontal diz respeito. Estamos em crer que em função de tais processos investigativos podemos apresentar contributos válidos para melhores práticas políticas regionais de desenvolvimento sustentável.

8. Bibliografia

- AP2020. (2014). *Acordo de Parceria Portugal 2014-2010*.
- Argüelles, M. & Benavides, C. (2014). Analysing How Environmental Concerns are Integrated in the Design of the EU Structural Funds. *European Planning Studies*, Vol. 22, No. 3, pp. 587-609.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baker, S. (2007). Sustainable Development as Symbolic Commitment: Declaratory Politics and the Seductive Appeal of Ecological Modernization in the European Union. *Environmental Politics*, 16(2), pp. 297-317.
- Beck U. (1992 [1986]). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres, Sage
- Beck, U., Giddens, A. & Lash, S. (1997). *Reflexive Modernization Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Palo Alto: Stanford University Press.
- Beck, U. (2007 [2015]). *Sociedade de Risco Mundial – em busca da segurança perdida*. Lisboa: Edições 70.
- Beck, U. (2017). *A Metamorfose do Mundo – como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- Blühdorn, I. (2001). Reflexivity and self-referentiality: on the normative foundations of ecological communication. *Critical Studies*, 16, pp. 181-201.
- Bury, J. B. (1955 [1923]). *The Idea of Progress: An Inquiry into its Growth and Origin*. New York: Dover Publications.
- Camagni, R. (2009). Territorial capital and regional development. In Capello, R., Nijkamp, P. (Eds.). *Handbook of Regional Growth and Development Theories* (pp. 118-132). Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Catton JR., W. R., & R. E. Dunlap (1978a). Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, vol. 13 (fevereiro), pp. 41-49.
- Catton JR., W. R., e Dunlap, R. E. (1978b). Paradigms, theories and the primacy of the HEPNEP distinction. *The American Sociologist*, vol. 13 (novembro), pp. 256-259.
- Catton JR., W. R., & Dunlap, R. E. (1980). A new ecological paradigm for a post-exuberant sociology. *American Behavioral Scientist*, vol. 1.
- Crutzen, P. J., & Stoermer, E. F. (2000). The 'Anthropocene'. *41 Global Change Newsletter*, pp. 17-18.
- Christoff, P. (1996). Ecological modernisation, ecological modernities. *Environmental Politics*, 5(3), pp. 476-500.
- Dunlap, R. E. & Catton JR., W. R. (1979). Environmental Sociology. *Annual Review of Sociology*, 5, pp. 243-273.
- Dryzek, J. (1997). *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford: Oxford University Press.

- EEA. (2010). The territorial dimension of environmental sustainability - Potential territorial indicators to support the environmental dimension of territorial cohesion. EEA Technical Report, nº. 9, Copenhagen.
- EC. (1987). *Single European Act, Treaties establishing European Communities*. Officer for Official Publications of European Communities, Luxembourg.
- EC. (1999). ESDP. European Spatial Development Perspective. *Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*. European Communities, Luxembourg.
- EC. (2001). *Second Report on Economic and Social Cohesion*. European Commission, Luxembourg.
- EC. (2008). *Green Paper on Territorial Cohesion. Turning territorial diversity into strength*. Communication from the Commission to the Council, The European Parliament.
- EC. (2010). *Europe 2020 - a strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Communication from the commission, 3.3.2010, Brussels.
- EC. (2010). *Europe 2020 – A Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth*. COM (2010) 2020. Communication from the Commission. Retrieved
- EC. (2011). *Territorial Agenda 2020 – Towards an Inclusive, Smart, and Sustainable Europe of Diverse Regions*. Agreed at the Informal Ministerial Meeting of Ministers responsible of Spatial Planning and Territorial Development on 19th May 2011, Gödöllő, Hungary.
- Ferrão, J. (2002). Policentrismo e Coesão Territorial: um novo papel para as “regiões”? *Revista Europa - Novas Fronteiras*, 12, pp. 31-35.
- Ferrão, J. (2003). A Emergência de Estratégias Transnacionais de Ordenamento do Território na União Europeia: Reimaginar o Espaço Europeu para Criar Novas Formas de Governança Territorial? *Geolnova*, 7, pp. 11-37.
- Ferrão, J. (2010). Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma Governança Territorial Eficiente, Justa e Democrática. *Prospetiva e Planeamento*, Vol. 17.
- Foster, J.B., & Clark, B. (2012). Planetary Emergency. *Monthly Review*, 64 (7).
- Frey, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no brasil. *Planejamento e políticas públicas*, Nº 21, pp. 211-259.
- Gibbs, D. (1998). Ecological Modernization: A Basis for Regional Development? Paper presented to the Seventh International Conference of the Greening of Industry Network ‘Partnership and Leadership: Building Alliances for a Sustainable Future’, Rome 15-18 November 1998.
- Giddens, A. (1998). *The Third Way. The Renewal of Social Democracy*. Oxford: Polity Press.
- Gouldson, A. & Murphy, J. (1996). Ecological modernisation and the European Union. *Geoforum*, 27, pp. 11-21.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*. Cascais: Principia.

- Hajer, M. (1995). *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernisation and the Policy Process*. Oxford: Oxford University Press.
- Hibbard, K. A., Crutzen P. J., Lambin, E. F., Liverman, D. M., Mantua N. J., McNeill, J. R., Messerli, B., & Steffen, W. (2007). Group Report: decadal-scale interactions of humans and the environment. In R. Constanza, L. J. Gramlich and W. Steffen (Eds.). *Sustainability or Collapse* (pp. 341-360). Massachusetts: The MIT Press.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Newbury Park, CA: SAGE.
- Medeiros, E. (2016). Territorial Cohesion: An EU concept. *European Journal of Spatial Development*, nº 60, pp. 1-30.
- Mol, A. (1994). Ecological modernisation of industrial society: three strategic elements. *International Social Science Journal*, 121, pp. 347-361.
- Mol, A. (1995). The Refinement of Production: Ecological Modernisation Theory and the Chemical Industry. Koninklijke Bibliotheek: The Hague.
- Mol, A. (1999). Ecological modernisation and the environmental transition of Europe: between national variations and common denominators. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 1(2), pp. 167-181.
- Mol, A. & Spaargaren, G. (2000). Ecological Modernization Theory in Debate: A Review. *Environmental Politics*, 9 (1), pp. 17-49.
- Nisbet, R. (1986). *The Making of Modern Society*. Sussex: Wheatsheaf Books.
- Olivieri, A. G. (2012). A Teoria da Modernização Ecológica e a Mudança Climática. *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, Ano 3, nº7, pp. 33-54.
- O'Connor, J. (1994). Is sustainable capitalism possible?. In M. O'Connor (Ed.). *Is Capitalism Sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology* (pp. 152- 175). New York: Guilford Press.
- O'Neill, K. (1997). Ecological Modernization or Regulatory Convergence? Recent Trends in the Environmental Policies of EU Member States. Paper prepared for presentation at the Annual Meeting of European Community Studies Association, Seattle May, 28-Jun 1, 1997.
- Pearce, D., & Turner, R. K. (1990). *Economics of Natural Resources and Environment*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Pearce, D. (1993). *Measuring Sustainable Development*. London: Earthscan.
- Pelenc, J., Ballet, J. & Dedeurwaerdere, T. (2015). Weak Sustainability versus Strong Sustainability. Online publication of the Brief for GSDR.
- Pires, L. M. (1998). *A Política Regional Europeia e Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Redclift, M. (1993) Environmental Economics, Policy Consensus and Political Empowerment. In K. Turner (Org.). *Sustainable Environmental Economics and Managements* (pp. 106-119). London: Belhavam Press.

- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin III, F. S., Lambin, E., Lenton, T. M., Scheffer, M., Folke, C., Schellnhuber, H. J., Nykvist, B., de Wit, C. A., Hughes, T., van der Leeuw, S., Rodhe, H., Sörlin, S., Snyder, P. K., Costanza, R., Svedin, U., Falkenmark, M., Karlberg, L., Corell, R. W., Fabry, V. J., Hansen, J., Walker, B., Liverman, D., Richardson, K., Crutzen, P., Foley, J. (2009). Planetary boundaries: Exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society* 14, 32, pp. 472-475.
- Roberts, P. (2001). Incorporating the environment into structural funds regional programmes: Evolution, current developments and future prospects. *European Environment*, 11(2), pp. 64–74.
- Queirós, M. (2003). Questões para uma Agenda Contemporânea do Desenvolvimento Sustentável. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1ª Série, Vol. XIX, pp. 331-343.
- Santinha, G. & Marques, T. (2012). A integração do princípio de Coesão Territorial na agenda política: o caso português. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 2, pp. 215 -244.
- Santinha, G. (2014). O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes. (*EURE*) *Revista de Estudios Urbano Regionales*, Vol. 40, nº119, pp. 75-97.
- Schmidt, L. (1999). Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Social*, vol. XXXIV (150), pp. 175-210.
- Sedas Nunes, A. (1998). *Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Seixas, P. C. (2011). Urbanismo, cultura e globalização em Portugal: Modelos analíticos e de desenvolvimento territorial. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, v. 3, n. 1, pp. 55-75.
- Seixas, P. C. (2012). Políticas e Modelos de Desenvolvimento Territorial na Europa e Portugal. *Revista Paranense de Desenvolvimento*, nº122, pp. 147-175.
- Seixas, P. C. (2014). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: A primeira Política Pública Global do Antropoceno. *Revista Científica Monfragüe*, Vol II, nº 2, abril, pp. 191-213.
- Sezgin, Z. (2013). Ecological Modernization at the Intersection of Environment and Energy. *International Journal of Energy Economics and Policy*, Vol. 3, pp. 93-101.
- Spaargaren, G. (2000). Ecological Modernization Theory and the Changing Discourse on Environment and Modernity. In: G. Spaargaren, A.P.J. Mol, F.H. Buttel (Eds.) *Environment and Global Modernity* (Chapter 3). London: Sage Publications.
- Steffen, W., Persson, A., Deutsch, L., Zalasiewicz, J., Williams, M., Richardson, K., Crumley, C., Crutzen, P., Folke, C., Gordon, L., Molina, M., Ramanathan, V., Rockstrom, J., Scheffer, M., Schellnhuber, H. J., & Svedin, U., (2011). The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship. *Royal Swedish Academy of Sciences*.
- Torgerson, D. (1995). The uncertain quest for sustainability: public discourse and the politics of environmentalism. In Fischer, F. and Black, M. (Org.). *Greening environmental policy: the politics of a sustainable future* (pp.3-20). London: Paul Chapman.

Vala, J. (1986). A Análise de Conteúdo. In A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (Eds.). *Metodologia das Ciências Sociais* (Cap. IV, pp. 101-128). Porto: Editora Afrontamento.

WCED (1987). *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press.

Wilbanks, T. (1994). "Sustainable Development" in Geographic Perspective. *Annals of the Association of American Geographers*, 84(4), pp. 541-556.

ANEXOS

Anexo 1. Mobilização do Desenvolvimento Sustentável no Conjunto das EIDTs (quadro síntese da análise de conteúdo e das unidades de enumeração)

Categorias	Indicadores	Articuladores	Norte								Centro								L	Alentejo					A	
			Litoral			Interior					9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
Sistémico-Territorial	Competitividade e Territorial como Factor de Valorização e Protecção Ambiental	Turismo	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x	x	x		
		Floresta	x					x			x	x					x	x		x					x	
		Agricultura				x				x	x						x			x					x	
		Alimentar	x							x	x				x					x			x			
		Economia Azul	x			x					x				x					x					x	
	Valorização e Protecção Ambiental como Factor de Atractividade Territorial	Recursos Endóg.	x			x	x	x	x	x	x	x						x		x		x		x	x	
		Património Natural	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x						x	x	x	x	x	x	x	x	
		Áreas Protegidas e Classificadas	x	x		x		x		x		x	x					x							x	
		Património Cultural	x	x	x	x		x	x	x	x	x						x	x	x		x	x	x	x	
		Requal. Urbana		x	x			x		x	x					x		x	x	x			x	x		x
	Valorização e Protecção Ambiental como Factor de Internacionalização	x	x		x		x	x		x								x	x	x	x					
	Valorização e Protecção Ambiental como Factor de Identidade Territorial	x		x			x	x		x	x							x	x			x				
	Sinergias entre Ambiente e Economia como Factor de Qualidade de Vida				x	x			x						x			x	x			x				
Tecnológico-Ecológica	Produção de Energias Renováveis como Factor de Competitividade e Territorial e Protecção Ambiental	Hidroeléctrica	x			x	x	x		x		x				x		x								
		Eólica	x			x	x	x		x		x								x						
		Solar	x				x									x		x					x			
		Biomassa	x				x			x	x	x			x		x	x	x				x			
		Marés	x																							
		Bioenergia																					x			
		Não Específica			x								x													
	Optimização da Eficiência Energética e da Utilização dos Recursos como Factor de Valorização e Protecção Ambiental	Edifícios e Equip. Públicos e Habit.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
		Empresas	x	x	x					x		x			x	x	x	x			x			x	x	x
		Serviços Ambientais Básicos	x	x	x	x	x		x		x	x			x	x	x		x				x		x	x
Transportes e Mobilidade Sust.			x	x					x	x	x				x	x	x	x	x				x		x	
Processos Produtivos mais Verdes como Factor de Protecção Ambiental	x													x			x									
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais, Industriais e Tecnológicos	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x			x	x	x				x	x	x	x	

(Norte) 1. Alto Minho; 2. Cávado; 3. AM Porto; 4. Alto Tâmega; 5. Ave; 6. Terras de Trás-os-Montes; 7 Tâmega e Sousa; 8. Douro;

(Centro) 9. Região de Aveiro; 10. Região de Coimbra; 11. Região de Leiria; 12. Oeste; 13. Viseu Dão e Lafões; 14. Beiras e Serra da Estrela; 15. Beira Baixa; 16. Médio Alentejo (Lisboa) 17. AM Lisboa

(Alentejo) 18. Alentejo Litoral; 19. Lezíria do tejo; 20. Alto Alentejo; 21. Alentejo Central; 22. Baixo Alentejo;

(Algarve) 23. Algarve

	Associado a medidas de carácter complementar
	Medidas importantes para a sustentabilidade ambiental
	Centralidade na estratégia de desenvolvimento assumida

Fonte: Dados da Pesquisa

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT